



PARA ONDE IRÁ GOIÂNIA

Aos 80 anos, a cidade reafirma vocação para serviços especializados e de alta qualificação, comércio vigoroso e indústrias intensivas em mão de obra



ENTREVISTA

Nas próximas décadas, a capital de Goiás tende a se transformar em polo de sustentabilidade e inovação para o Estado e para o País, afirma o prefeito Paulo Garcia

Bom que um dos prêmios seja
justamente pela Ginástica Laboral.



Sistema Fieg/Ascom

Levantar tantas vezes o troféu pode acabar gerando uma lesão por esforço repetitivo.

O Sesi venceu o Prêmio Marca Brasil 2013 em duas categorias: pela oitava vez desde que a premiação foi criada, em 2000, na categoria Ginástica Laboral e pela segunda vez como melhor empresa de serviços prestados durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho - Sipat.

Essa premiação é a resposta ao trabalho sério e comprometido que o Sesi realiza para as indústrias e seus trabalhadores, em educar e incentivar hábitos que promovam a qualidade de vida de todos.



FIEG
SESI
SENAI
SINDUSMETAL
ABC BRASIL

FIEG SESI



“Entre 2013 e 2016, Goiânia deve atrair R\$ 3,204 bilhões em investimentos, ou 10,6% dos R\$ 30,250 bilhões projetados para todo o Estado, segundo levantamentos do Instituto Mauro Borges.”

Pedro Alves de Oliveira

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás



GOIÂNIA DEPOIS DOS 80

A exuberante realidade ostentada nos 80 anos de Goiânia, que os goianos euforicamente comemoram, permite-nos antecipar tendências básicas de sua economia para os novos tempos. Este é o tema central desta edição da **Goiás Industrial**, que antevê a continuidade da acelerada transição para o setor de serviços, com destaque para saúde, educação, os ramos mais tradicionais do comércio e distribuição de bens e mercadorias e os segmentos associados à prestação de serviços industriais.

Na interpretação do professor Jeferson de Castro Vieira, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, vai ocorrer um fortalecimento da área de serviços e de indústrias de baixo impacto ambiental, reunindo desde os setores mais convencionais de vestuário e confecções até segmentos de ponta relacionados à indústria de tecnologia da informação e da comunicação. Continuará o crescimento de setores como o de saúde, em constante especialização. Nossa capital consolidou-se, ainda, como polo de acentuado consumo de bens eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, automóveis e alimentos, com a presença de magazines, grandes redes de varejo, shoppings, supermercados e concessionárias de veículos. Entre 2013 e 2016, Goiânia deve atrair R\$ 3,204 bilhões em investimentos, ou 10,6% dos R\$ 30,250 bilhões projetados para todo o Estado, segundo levan-

tamentos do Instituto Mauro Borges.

Já o prefeito Paulo Garcia, que considera o atual como século das cidades, entende Goiânia como um centro urbano moderno e sustentável, tornando-se polo inovador na Região Centro-Oeste e no Brasil. Elogia seu verde e a interpreta como não industrial, porque o cinturão industrial está em sua volta, nos municípios circunvizinhos. Nela, na medida em que a necessidade surgir, será preciso restringir efetivamente a utilização de automóveis.

Por sua vez, o governador Marconi Perillo e seu então secretário da Fazenda, Simão Cirineu, de 7 a 14 de agosto, estiveram pessoalmente na Casa da Indústria, para um diálogo dominado pela agenda tributária, com pedidos de tratamento menos oneroso para a produção local, como forma de proteger mercados e empregos da concorrência predatória de empresas de fora, além da aprovação do Código de Defesa do Contribuinte.

Foi-lhes comunicada a existência de uma demanda convergente de toda a indústria para que a Secretaria da Fazenda desenvolva mecanismos capazes de promover a formalização de empresas do setor e a proteção daquelas formalmente estabelecidas.

A indústria cobra um combate sistemático à sonegação e à concorrência desleal promovida pelos que não recolhem seus impostos.

>> CAPA



12 Em seu 80º aniversário, a capital do Estado cumpre uma transição de uma economia mais manufatureira para uma com predominância dos serviços, que já respondem por quase 70% do PIB municipal. Mas há espaço para o avanço de indústrias de baixo impacto e intensivas em mão de obra.

Capa: Viaduto da praça Latif Sebba, no Setor Marista, se tornou um novo marco urbano de Goiânia, referência aos primórdios da urbanização da capital, com suas três pontas direcionadas para as áreas em que a cidade mais cresceu e está em contínuo crescimento - as regiões Leste, Oeste e Sul.

>> ENTREVISTA

8 O destino de Goiânia, na visão do prefeito Paulo Garcia, é transformar-se em um polo de inovação no Centro-Oeste e no País, consolidando-se como centro urbano moderno e sustentável

>> GESTÃO INSTITUCIONAL

14 Numa maratona de audiências, realizadas na presidência da Fieg, o governador Marconi Perillo e o então secretário da Fazenda, Simão Cirineu Dias, ouvem presidentes de sindicatos e de conselhos temáticos e encaminham soluções para suas reivindicações

>> AGENDA LEGISLATIVA

24 A Agenda Legislativa da Indústria Goiana analisa em detalhes 44 projetos de lei em tramitação na Assembleia e, após uma avaliação meramente técnica, classifica 25 deles como divergentes em relação aos interesses da economia estadual

>> VALEC

25 Segundo a promessa mais recente, feita pelo diretor de operações da Valec, Bento José de Lima, em reunião na Fieg, o trecho central da Ferrovia Norte-Sul, entre Anápolis (GO) e Palmas (TO), deve estar pronto em fevereiro do ano que vem. Se nada atrapalhar...

>> INDÚSTRIA DO LEITE

27 Vencida a turbulência que sacudiu o setor em 2012, a indústria de laticínios diversifica sua carteira de produtos, incluindo derivados com maior valor agregado

>> CONSTRUÇÃO CIVIL

28 Os empresários Carlos Alberto de Paula Moura Júnior e Jorge Tadeu Abrão são os novos presidentes do Sinduscon-GO e do Seconci-GO, respectivamente. Num projeto desenhado pelo sindicato, a Fieg criou a Câmara Setorial da Indústria da Construção, que funcionará como um fórum especializado de debates e elaboração de projetos para a indústria do setor

» MEIO AMBIENTE

29 O Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa-GO) lança o Manual de Gestão de Resíduos Sólidos como parte de uma ofensiva para disseminar práticas adequadas na gestão dos resíduos sólidos gerados pelo setor

» SESI GOIÁS

32 A Unidade Integrada Sesi Senai Sama, de Minaçu, em parceria com a prefeitura de Cavalcante, por meio da Secretaria Municipal de Educação, já atendeu, até agora, 271 alunos com o programa Sesi Alfabetizando e 202 alunos com o programa Educação do Trabalhador (ensino fundamental e médio), numa corrida para erradicar o analfabetismo na região

» SENAI GOIÁS

34 Exportando serviços, o Senai Goiás desenvolve, em parceria com a Tractbel, maior empresa privada de geração de energia do País, projeto para a formação de técnicos em eletromecânica na cidade de Palmeirópolis, em Tocantins

» IEL GOIÁS

36 O Prêmio IEL de Estágio, em sua edição 2013, destacou projetos e iniciativas que resultaram em impactos econômicos, ambientais e sociais positivos para as empresas e a comunidade

» APL CORUMBÁ DE GOIÁS

40 Com apoio do Senai Goiás e da prefeitura local, os concluintes dos cursos de capacitação do Arranjo Produtivo Local (APL) em confecção de Corumbá de Goiás começam a montar uma sociedade limitada para prestação de serviços de facção para grandes indústrias, como a Hering

» CONVÊNIO CNI/BID

42 Começam a surgir os primeiros resultados do convênio firmado entre a Confederação Nacional da Indústria e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para desenvolvimento da indústria automotiva em Goiás, com a execução da segunda etapa dos projetos de Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) e Balanced Scorecard (BSC)

» MADE IN GOIÁS

44 Nos últimos três anos, a Goyazes dobrou sua produção, ganhou escala, diluiu custos unitários e incorporou ao seu portfólio uma linha de botas country que a transformou em líder neste segmento do mercado de calçados



» MEMÓRIA

45 Aos 30 anos, a Editora Kelps prepara-se para enfrentar novos desafios para consolidar sua presença no mercado de livros e no universo cultural de Goiás e do País. A empresa, anuncia Antônio Almeida, um de seus sócios, vai investir em nova sede e na modernização de seu parque gráfico.

» BACIA DO RIO PARANAÍBA

48 A aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba deve imprimir novo ritmo à gestão da água ao longo do manancial e a indústria pretende influir nas decisões para assegurar eficiência na aplicação dos recursos que serão arrecadados

GOIÁS INDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro, Edilaine Pazini, Jâvier Godinho, Nathalya Toalhari e Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvio Simões, Alex Malheiros e Sérgio Araújo

Capa e ilustrações

Gabriel Martins e Chico Santos

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01, Setor Bela Vista (62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Pedro Alves de Oliveira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO Fone (62) 3219-1300 Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail:

fieg@sistemafieg.org.br

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente:

Ubiratan da Silva Lopes

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

patricia.regionalanapolis@sistemafieg.org.br

ubiratan.regionalanapolis@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Pedro Alves de Oliveira

Superintendente:

Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional:

Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor:

Hélio Naves

Superintendente:

Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação

Qualidade Brasil

Diretor:

Justo O. D'Abreu Cordeiro

Superintendente:

Tatiana Jucá

Diretoria da FIEG

Presidente

Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-Presidente

Wilson de Oliveira

2º Vice-Presidente

Eduardo Cunha Zuppani

3º Vice-Presidente

Antônio de Sousa Almeida

1º Secretário

Marley Antônio da Rocha

2º Secretário

Ivan da Glória Teixeira

1º Tesoureiro

André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Tesoureiro

Hélio Naves

Diretores

Segundo Braoios Martinez

Sandro Marques Scodro

Orizomar Araújo Siqueira

Ubiratan da Silva Lopes

Manoel Paulino Barbosa

Robson Peixoto Braga

Roberto Elias de L. Fernandes

José Luis Martin Abuli

Álvaro Otávio Dantas Maia

Eurípedes Felizardo Nunes

Jair Rizzi

Henrique W. Morg de Andrade

Eduardo Gonçalves

Leopoldo Moreira Neto

Flávio Paiva Ferrari

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Ledra

Daniel Viana

Oswaldo Ribeiro de Abreu

Elvis Roberson Pinto

Eduardo José de Farias

Valdenício Rodrigues de Andrade

Ailton Aires de Mesquita

Hermínio Ometto Neto

Carlos Alberto Vieira Soares

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

Josélio Vitor da Paixão

Jaime Canedo

Conselho Fiscal

Justo O. D'Abreu Cordeiro

Laerte Simão

Mário Drummond Diniz

Conselho de Representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro

Conselho de

Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Ailton Aires Mesquita

Alyson José Nogueira

Álvaro Otávio Dantas Maia

Antônio Alves de Deus

Carlos Alberto de Paula

Moura Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura

Cyro Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Cunha Zuppani

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Flávio Santana Rassi

Francisco Gonzaga Pontes

Gilberto Martins da Costa

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Hermínio Ometto Neto

Hélio Naves

Heribaldo Egídio

Ivan da Glória

Jaime Canedo

Jair Rizzi

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Joaquim Guilherme Barbosa de Sousa

José Alves Pereira

José Antônio Vitti

José Batista Júnior

José Divino Arruda

José Luiz Martin Abuli

José Romualdo Maranhão

José Vieira Gomide Júnior

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Ledra

Luiz Rézio

Manoel Silvestre Álvares da Silva

Marley Antônio Rocha

Nilton Pinheiro de Melo

Olympio José Abrão

Orizomar Araújo de Siqueira

Paulo Sérgio de Carvalho Castro

Pedro Alves de Oliveira

Pedro de Souza Cunha Júnior

Pedro Paulo Tavares Costa

Pedro Silvério Pereira

Plínio Boechat Lopes

Ricardo Araújo Moura

Roberto Elias de Lima Fernandes

Robson Peixoto Braga

Rodolfo Luis Xavier Vergílio

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Vice-Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente

Célio de Oliveira

Vice-Presidente

Álvaro Otávio Dantas Maia

Conselho Temático de Política Fiscal e Tributária

Presidente

Eduardo Zuppani

Vice-Presidente

José Nivaldo de Oliveira

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente

Sílvio Inácio da Silva

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente

Leopoldo Moreira Neto

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Sousa Almeida

Vice-Presidente

Rosana Gedda Carneiro

Conselho Temático de Agronegócio

Presidente

Igor Montenegro

Vice-Presidente

Ananias Justino Jaime

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Emílio Bittar

Vice-Presidente

José Carlos de Souza

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Leandro Almeida

Vice-Presidente

Agripino Gomes de Souza Júnior

Rede Metrológica Goiás

Presidente

Marçal Henrique Soares

Câmara Setorial de Mineração

Presidente

José Antônio Vitti

Vice-Presidente

Luiz Antônio Vessani

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente

Sarkis Nabi Curi

Vice-Presidente

Gilberto Martins da Costa

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Orlando Alves Carneiro Júnior
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Elton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Roberto Viana
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siago@cultura.com.br

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SINDIAREIA

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax (62) 3224-8688
sindago@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás
Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeccção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Wellington Soares Carrizo
Rua Costa Gomes, nº 143
Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindcarn@terra.com.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462 contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Olympio José Abrão
Gestor executivo: Giovanni Souto
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeccções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás
Presidente: Ailton Aires Mesquita
Telefone (62) 3224-0121 / 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Silvério Pereira
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calciário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás
Presidente: Jaime Canedo
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regionalanapolis@sistemafieg.org.br**

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Pres. - Ivan da Glória
Pres. executivo - Marçal Henrique Soares

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

NO “SÉCULO DAS CIDADES”

Nas próximas décadas, na antevisão do prefeito Paulo Garcia, Goiânia tende a se consolidar como um centro urbano moderno e sustentável, tornando-se “polo inovador na região Centro-Oeste e no Brasil”. Nesta entrevista à **Goiás Industrial**, Garcia fala sobre os principais projetos de sua administração para as áreas de educação, saúde e mobilidade urbana. E antecipa: dado o avanço acelerado do automóvel, talvez venha a ser necessário instituir, entre outras medidas, a cobrança de pedágio na capital do Estado.

Goiás Industrial – Quais foram as principais complicações e os avanços registrados desde sua posse como prefeito?

Paulo Garcia – São dois momentos distintos. Logo que o ex-prefeito Iris Rezende se afastou pela motivação que todos conhecem e eu, como vice-prefeito, assumi, basicamente demos continuidade aos projetos e programas que, em tese,

estavam em andamento e, naquele momento, procuramos não desestruturar aquilo que já havia sido construído harmonicamente pela aliança política que nos conduziu ao governo em 2008. Este segundo mandato, penso eu, deve ser olhado como um mandato não de ruptura com aquele primeiro momento, mas de continuidade daquilo que era aprovado, que tinha uma avaliação positiva, que tinha resultados sólidos. Uma tentativa de avançar nas diversas áreas do relacionamento humano para promoção daquilo que foi proposto no processo eleitoral, que é um projeto de desenvolvimento sustentável, com promoção de qualidade de vida. Em resumo, cuidar das pessoas na cidade de Goiânia. E temos procurado estruturar isso nesse primeiro semestre, com uma possibilidade agora de começar a colher o que foi plantado.

“O século 19 foi o século dos impérios, o século 20 foi o século das ações e o século 21 é inexoravelmente o século das cidades”

Goiás Industrial – Não houve dificuldades ao longo do trajeto?

Paulo Garcia – As dificuldades são aquelas que todos os municípios brasileiros passam. Tenho um convencimento pessoal, e tenho falado isso reiteradas vezes, de que o século 19 foi o século dos impérios, o século 20 foi o século das nações e o século 21 é inexoravelmente o século das cidades. É quase que um retorno à Idade Média, sob o ponto de vista geopolítico. O centro do poder são as cidades. Porque é nas cidades que as pessoas vivem, é nas cidades que elas procuram alcançar seus sonhos, é nas cidades que elas querem respostas para suas demandas, é nas cidades



que elas têm de superar os obstáculos que lhes são antepostos. E as cidades, elas também, e acho que de forma irreversível, tendem a ser polos de atração com a redução da população rural e com o aumento do número de habitantes nos espaços urbanos, isso em todo o mundo, mas em particular em países como o nosso, que se desenvolvem de forma mais acelerada nos últimos anos. E isso é bom que aconteça.

Goiás Industrial – Qual o lado positivo dessa expansão urbana?

Paulo Garcia – Do ponto de vista comparativo, os estudos mostram que mesmo morando nas regiões periféricas, com todos os problemas que essas regiões nos grandes centros urbanos enfrentam, comparativamente com os locais de origem dessa população, que vem para as cidades porque procura melhoria na qualidade de vida, as condições são melhores do que no espaço rural.

Goiás Industrial – De que forma a administração municipal tem procurado satisfazer essa expectativa de melhoria de vida?

Paulo Garcia – Acho que temos procurado tratar o espaço urbano sem diferença quanto à distribuição de seus recursos e de seus equipamentos, ditos públicos ou sociais, atendendo a todas as regiões da cidade, seja nas mais abonadas, seja nas mais periféricas. Se a prefeitura constrói uma praça numa região de um poder aquisitivo mais elevado, constrói também na periferia, com os mesmos recursos e as mesmas características urbanísticas, do ponto de vista arquitetônico e inclusive de material. Naturalmente, as regiões periféricas têm muito mais demandas, precisam muito mais do poder público. Por exemplo, nas áreas da saúde e da educação, as necessidades dos bairros periféricos de equipamentos públicos são muito maiores do que nas regiões centrais. E temos investido muito.

Goiás Industrial – O que significa exatamente, para a administração municipal, esse crescimento sustentável?

Paulo Garcia – Cuidar das pessoas. Cuidar da qualidade de vida das pessoas. Obviamente que há a vertente preservacionista do ponto de vista

“A cidade já tem introjetado no inconsciente coletivo de sua comunidade que Goiânia é uma cidade verde. E é. Goiânia é a cidade que mais metros quadrados de verde tem por habitante no País, mais tem árvores nos espaços públicos. Goiânia é a cidade que mais tem parques no País”

ambiental, existe esse viés, que a cidade, aliás, já tem introjetado no inconsciente coletivo de sua comunidade de que Goiânia é uma cidade verde. E é. Goiânia é a cidade que mais metros quadrados de verde tem por habitante no País, mais tem árvores nos espaços públicos. Goiânia é a cidade que mais tem parques no País. A cidade tem 31 parques. Goiânia é uma cidade que tem uma consciência de não trazer para si o desenvolvimento de cadeias produtivas em tese degradantes ou poluentes. Não é uma cidade industrial. O cinturão industrial está à sua volta, nos municípios circunvizinhos. É muito forte isso na cabeça do goianiense e ele tem orgulho disso. Nós sabemos que Goiânia tem problemas e queremos cada vez mais melhorias e melhor qualidade de vida.

Goiás Industrial – A prefeitura tem investido? Qual tem sido esse investimento?

Paulo Garcia – Na apresentação das contas municipais relativas ao primeiro quadrimestre deste ano, nós investimos na saúde 28% do orçamento e a Constituição diz que esse investimento deve representar 15%. No lançamento do programa Mais Trabalho, Mais Saúde, citei que um dos graves problemas enfrentados é que, como Goiânia é um grande centro, atendemos uma população de fora que superlota nossas unidades. A prefeitura fez uma avaliação mostrando que essa situação só poderá ser superada se o governo do Estado aplicar recursos na construção de polos regionais. A cada três atendimentos feitos na cidade, dois são de pessoas de outras regiões. Dados do Ministério da Saúde mostram que estão cadastrados como pacientes na cidade de Goiânia 5,978 milhões de pessoas. E mais: desses quase 6 milhões, perto de 4,496 milhões declaram, para

efeito de cadastro, serem moradores de Goiânia. Temos ainda 1,8 milhão de cartões do SUS feitos aqui e, portanto, destinados a moradores da capital. Vamos partir do pressuposto que só temos 500 mil cartões a mais, porque toda a população tem seu cartão. Mas a estimativa é de que 700 mil são de fato habitantes da cidade.

Goiás Industrial – Em média, quais os valores investidos em saúde pela prefeitura?

Paulo Garcia – Vamos considerar o orçamento de R\$ 3,5 bilhões. Vinte e oito por cento desse valor representam perto de R\$ 980 milhões por ano. Segundo o Ministério da Saúde, precisaríamos ter 130 leitos de UTI para atender à população da cidade e temos 348 leitos e todos os dias você vê na televisão reportagens sobre falta de UTI. Nosso problema principal é de demanda. Não estou dizendo que não existam outros problemas e por isso estamos reformando hoje todas as unidades, queremos humanizar o atendimento.

Goiás Industrial – Quais são os principais projetos na área de educação?

Paulo Garcia – O grande projeto na área da educação é zerar a demanda. Fui o prefeito que mais contratei concursados para o setor. Hoje posso

“Dados do Ministério da Saúde mostram que estão cadastrados como pacientes na cidade de Goiânia 5,978 milhões de pessoas. E mais: desses quase 6 milhões, perto de 4,496 milhões declaram, para efeito de cadastro, serem moradores de Goiânia”



afirmar que um terço dos atuais 16 mil servidores foi contratado e efetivado no meu governo. Precisamos melhorar a estrutura e estamos melhorando. Precisamos avançar na implantação da educação integral e estamos implantando. No ensino fundamental, da primeira à 9ª série, não temos demanda. Devemos ter hoje algo em torno de 120 mil alunos na rede, entre ensino infantil e fundamental. No infantil, que vai dos 6 meses aos 5 anos de idade, temos os chamados Cimeis (Centros Municipais de Educação Infantil), que prometi na campanha zerar a demanda com a construção de 81 unidades. A demanda já esteve, quando começamos esse processo, em 12 mil vagas e hoje supõe-se que tenhamos uma demanda para 4 mil vagas. Tenho pelo menos um Cimei para inaugurar por mês até o final do ano. Hoje são 120 Cimeis e Ceis em funcionamento. Dos 120 mil alunos na rede municipal, 20 mil estão nos Cimeis e temos uma demanda hoje no telematricula, incluindo crianças de 6 meses a 5 anos, de 4,7 mil vagas. Quando o projeto de Cimeis começou, a demanda inicial era de quase 20 mil, depois caiu para 12 mil e hoje está em 4,7 mil.

Goiás Industrial – De que forma as obras na estrutura viária da cidade tem sido gerido pela administração municipal?

Paulo Garcia – Esse é um problema de todas as cidades brasileiras. O que acontece hoje, neste setor, é consequência de erros cometidos no passado. O ser humano faz escolhas e cada uma dessas escolhas tem consequências. No início de agosto, em São Paulo, fui convidado para um evento para debater essas questões, promovido pela Frente Nacional dos Prefeitos. E por que fui convidado? Porque fui um dos sete prefeitos signatários de um documento entregue à presidente Dilma (Rousseff) em reunião de prefeitos de capitais e governadores com ela. A presidente sancionou a lei da mobilidade do transporte coletivo. Essa lei criou um fundo para manutenção desse sistema, mas não foi regulamentada a origem do custeio. Defendemos a volta da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre combustíveis e que esse dinheiro seja distribuído, fundo a fundo, para os municípios com o fim específico de aplicação em transporte coletivo.

Goiás Industrial – Qual é a proposta?

Paulo Garcia – Para se ter uma ideia, a cobrança de R\$ 0,30 a mais no preço da gasolina, segundo um estudo feito na capital paulista, implicaria numa redução da tarifa de transporte coletivo na cidade de São Paulo em R\$ 1,20. Isso significa que tarifa baixaria de R\$ 3,00 para R\$ 1,80. Em Goiânia, como a tarifa está em R\$ 2,70, baixaria para R\$ 1,50. E o impacto seria deflacionário, já que a grande preocupação é se esse aumento da Cide não seria inflacionário. Um estudo feito pela FGV, ainda não definitivo, mostra que a medida provocaria uma deflação de 0,26%. A deflação nem era um desejo, porque a preocupação é que não fosse inflacionária.

Goiás Industrial – Quais as soluções para a questão da mobilidade?

Paulo Garcia – Acho que a solução precisa ser construída pela sociedade, envolvendo vários modais. Não há como enfrentar sonhando com metrô, porque é muito caro. O sistema de transporte rápido sobre rodas, que é o BRT (Bus Rapid Transit), que vamos licitar agora, resolve e é muito mais barato. Vamos investir em torno de R\$ 260 milhões e já temos toda a engenharia financeira desenhada, com recursos do PAC da Mobilidade. Você também precisa de obras viárias e estamos fazendo. Pleiteamos cerca de R\$ 700 milhões junto ao governo federal para obras de mobilidade. Temos agora três viadutos em construção. Temos o túnel da Avenida Araguaia, temos dois no complexo viário Mauro Borges, na confluência da Rua 88 e avenidas A e E e com as duas pistas da Marginal Botafogo, e vamos inaugurar tudo até outubro. Mas são ações mitigantes, que têm também um período de validade. A redução do IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) e o subsídio à indústria automobilística são imensuravelmente maiores do que a opção pelo subsídio ao transporte coletivo. Não estou dizendo que não seja legítimo o meu desejo individual de ter um carro. Mas o carro precisa ser usado quando necessário. Um carro não pode ser usado, como é usado hoje, para todas as atividades e até mesmo em momentos em que nem se precisava usá-lo. Então, preciso arrumar as calça-

das para que as pessoas circulem livremente. Elas precisam ter acessibilidade, ser ambientalmente adequadas, precisam ser padronizadas e isso estamos procurando fazer ao longo dos corredores de transporte. Temos de criar outros modais, por isso estamos fazendo as ciclovias e vamos lançar o BRT. Por que fizemos a opção pelo BRT e não pelo VLT? Pelo preço. É muito mais barato e responde à mesma demanda. Nosso projeto tem uma previsão de conclusão em 12 meses depois de iniciado, sem atrasos e se não tivermos nenhum problema. Os corredores (de ônibus) são fundamentais para o transporte, assim como alguma forma de restrição aos carros. Não há outro caminho no mundo todo.

“Na medida em que a necessidade surgir, será preciso restringir efetivamente a utilização de automóveis, com retirada e cobrança de estacionamento, com parquímetro, com restrição de circulação, com pedágio”

Goiás Industrial – Essa restrição se daria de que forma?

Paulo Garcia – Pode ser, primeiro, com a melhoria da qualidade do transporte coletivo, criar os corredores, porque eles são restritivos para os carros e exclusivos ou preferenciais para transporte de massa. Na medida em que a necessidade surgir, será preciso restringir efetivamente a utilização de automóveis, com retirada e cobrança de estacionamento, com parquímetro, com restrição de circulação, com pedágio.

Goiás Industrial – Qual sua visão para o futuro de Goiânia?

Paulo Garcia – Penso que esse corredor Goiânia-Brasília vai se transformar no terceiro polo econômico do País, e Goiânia será fundamental como um dos extremos desse polo. Não tenho dúvida em afirmar que Goiânia tem um futuro promissor, vai ser uma cidade cada vez mais lembrada pela alta qualidade de vida, uma cidade que vai se desenvolver de forma sustentável e que vai se tornar um polo inovador na região Centro-Oeste e no Brasil.

A NOVA CARA DA ECONOMIA

Capital reduz fatia no PIB estadual, num processo saudável de descentralização que reserva para a cidade o papel de prestadora de serviços qualificados



Entre avenidas e alamedas: quase 70% das riquezas geradas na capital do Estado têm o setor de serviços como origem

Aos 80 anos, Goiânia ainda pode ser considerada uma capital jovem em termos históricos, mas cumpre uma trajetória acelerada de transição de uma economia mais manufatureira para outra forjada pela participação crescente de um vigoroso setor de serviços, incluindo os segmentos de saúde, educação, os ramos mais tradicionais do comércio e distribuição de bens e mercadorias, comunicação e os segmentos associados à prestação de serviços industriais de utilidade pública.

O avanço desses setores tem gerado oportunidades e desafios em doses proporcionais, impondo à cidade o perfil de uma economia mais próxima aos centros mais desenvolvidos, com toda a carga de problemas que isso significa. Na avaliação do professor Jeferson de Castro Vieira, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), a tendência predominante na economia goianiense sugere um fortalecimento da área de serviços e de indústrias de baixo impacto ambiental, reunindo desde os setores mais convencionais de vestuário e confecções até segmentos de ponta relacionados à indústria de tecnologia da informação e da comunicação (TIC).

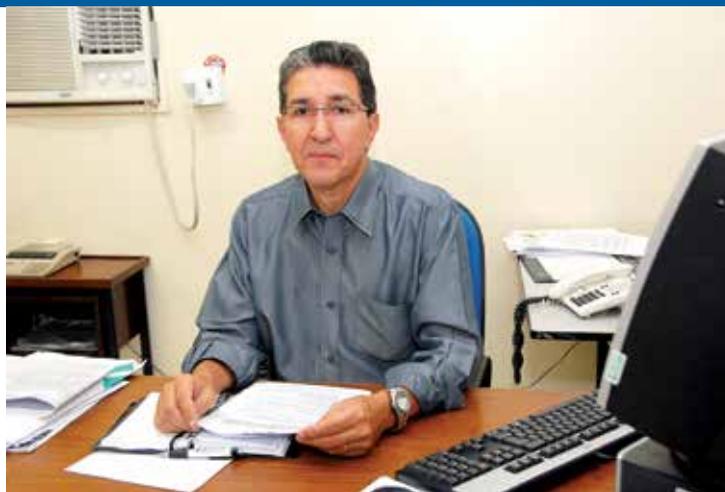
A mudança nos rumos do crescimento da cidade, acrescida de uma tendência mais recente de descentralização de atividades geradoras de maior valor agregado, fez com que a participação de Goiânia no PIB estadual recuasse de 30,23% em 2000 para 25,05% em 2010. No caso do setor industrial, que teve sua fatia no PIB municipal reduzida de 16,89% para 15% naquele período, a participação em relação ao valor adicionado bruto da indústria em todo o Estado baixou de 24,14% para 16,27%.

POLO DE CONSUMO E DE SERVIÇOS

Na divisão das riquezas geradas pela economia municipal, o setor de serviços passou a representar quase 69% do Produto Interno Bruto (PIB) local, na medição mais recente realizada pelo Instituto Mauro Borges (IMB), ligado à Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado (Segplan). No começo da década passada, essa fatia já era expressiva, mas correspondia a 66,4% do bolo.

De acordo com Jeferson Vieira, da PUC-GO, o crescimento de setores como o de saúde, que expressam uma crescente especialização, com o desenvolvimento de polos excelência nos segmentos de neurologia, oftalmologia e no tratamento de queimaduras e de várias formas de câncer, e da educação em todos os níveis, fundamental, médio e superior, tem contribuído de forma vigorosa para a geração de emprego e renda na capital.

Além desses setores, Vieira adiciona o crescimento das empresas especializadas em serviços de callcenter, lembrando que Goiânia abri-



Economista Jeferson de Castro Vieira: áreas de excelência e especialização nos setores de saúde e educação

ga “dois ou três principais centros do País”. A capital consolidou-se ainda como um polo de consumo de bens eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, automóveis e alimentos, com a presença de magazines, grandes redes de varejo, shopping centers e supermercados, além de concessionárias de veículos. “A forte movimentação no setor imobiliário, com vendas em ritmo acelerado nos últimos anos, e o avanço dos centros de distribuição e de logística formam outra vertente de estímulos ao crescimento do setor de serviços”, acrescenta Vieira.

UMA NOVA DIVISÃO

Em 2011, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Goiânia registrava 576,24 mil empregados, praticamente 77% a mais do que em 2000, quando abrigava 49% de todas as pessoas empregadas no Estado. No começo desta década, essa participação havia caído para 41,6%. Os setores de serviços e comércio empregavam, em 2011, 304,48 mil pessoas ou 52,8% do total de empregados na cidade.

As atividades industriais, com seus 97,4 mil funcionários, respondiam por 16,9% do estoque de empregos na capital em 2011, acima dos 14,8% observados em meados dos anos 2000.

INVESTIMENTOS DE R\$ 3,2 BILHÕES

Entre 2013 e 2016, a capital do Estado deverá atrair R\$ 3,204 bilhões em investimentos, respondendo por 10,6% dos R\$ 30,250 bilhões projetados para todo o Estado, segundo levantamento realizado pelo IMB a pedido da revista. O setor industrial deverá receber uma injeção de R\$ 217,132 milhões, em torno de 6,8% do investimento esperado, com destaque para as indústrias dos setores de plásticos e embalagens (R\$ 42,713 milhões) e químico e farmacêutico (R\$ 47,319 milhões). Mais da metade dos investimentos previstos para a indústria de calçados, produtos têxteis e confecções no Estado deverão se concentrar em Goiânia, num valor de R\$ 35,973 milhões. No caso de fabricantes de plásticos e embalagens, esse percentual poderá atingir 45,7% dos valores esperados para todo o setor no Estado.

Em torno de 51,7% do investimento a ser realizado na capital goiana deverão ser destinados a projetos nas áreas de transporte e logística, incluindo as obras de mobilidade urbana anunciadas pela prefeitura e pelo governo estadual, algumas já em execução.

O GOVERNO VAI À INDÚSTRIA

Incrementando o diálogo entre os dois lados, o governador e seu secretário da Fazenda atendem a pedidos de lideranças industriais



Marconi Perillo e Pedro Alves: entre as demandas, maior justiça tributária e ofensiva contra concorrência predatória

Numa deferência especial à federação e aos sindicatos que representam as empresas industriais do Estado, nas palavras do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, a Casa da Indústria foi escolhida para uma série de audiências entre o governador Marconi Perillo e o então secretário da Fazenda, Simão Cirineu Dias, e presidentes sindicais e dos conselhos temáticos da federação, realizada nos dias 7 e 14 de agosto.

O diálogo entre setor privado e governo foi dominado pela agenda tributária, com pedidos de tratamento mais justo e menos oneroso para a produção local, como forma de proteger mercados e empregos da concorrência predatória de empresas de fora, especialmente nos setores de plásticos e embalagens e fabricantes de farinha de trigo, entre outros, e por maior rigor no combate à sonegação e à informalidade.

Parte das demandas já foi atendida pelo governo, a exemplo da redução de imposto para áreas específicas, como o setor de milho, e o anúncio de um novo programa de parcelamento de débitos fiscais, com isenção de multas e redução de juros. Outras ainda aguardam decisão. “Vamos buscar essa convergência de ideias desde que isso não prejudique o Estado”, reforçou Cirineu.

ATAQUE AOS SONEGADORES

“Há uma demanda convergente de toda a indústria para que a Secretaria da Fazenda (Sefaz) desenvolva mecanismos para promover a formalização de empresas do setor e a proteção daquelas formalmente estabelecidas”, resumiu o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. Mais do que isto, insistiu, a indústria cobra um “combate sistemático à sonegação e à concorrência desleal”, promovida pelos que não recolhem seus impostos. “O setor produtivo quer dar uma contribuição importante no combate à sonegação”, repetiu Pedro Alves.

ESTUDOS PARA BAIXAR IMPOSTOS

A elevação da alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o óleo diesel de 13,5% para 15% ocupou um dos pontos altos na agenda tratada pelo setor privado com o governador Marconi Perillo e Simão Cirineu, secretário da Fazenda à época. “O governo sinalizou que vai desenvolver novos estudos sobre o assunto. A expectativa é de que ocorra um recuo nesta questão”, disse o presidente do Conselho Temático de Política Fiscal e Tributária, Eduardo Cunha Zuppani.

O setor privado sugeriu ainda o aproveitamento integral e automático do crédito sobre o ICMS nas aquisições de bens de capital para o ativo imobilizado das empresas e a desburocratização de todos os processos de renovação de alvarás e licenças nas áreas ambiental, da vigilância sanitária, do Corpo de Bombeiros e outros organismos, além de sua concessão por períodos mais longos.

Outro ponto da agenda já foi atendido pelo governo. Ainda em agosto, a Secretaria da Fazenda anunciou o lançamento de mais uma edição do Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual (Recuperar), com descontos de 100% nas multas e juros, 50% da correção monetária e 97% da multa formal para pagamento à vista, até 30 de setembro, de dívidas com o fisco. Para acerto até 31 de outubro, igualmente à vista, os descontos serão de 97% de multas e juros, 45% da correção monetária e 96% da correção monetária. As dívidas de ICMS, IPVA e ITCD poderão ser parceladas em até 60 meses.

“O governo sinalizou que vai desenvolver novos estudos sobre o assunto. A expectativa é de que ocorra um recuo nesta questão”



Eduardo Zuppani: governo prometeu novos estudos para o imposto sobre o óleo diesel, que subiu de 13,5% para 15%

Sigego>>

O avanço da indústria gráfica no Estado demandará, entre outras providências, a expansão do Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia, com a instalação de uma segunda etapa em área desmembrada da Agência Prisional. Apresentado em julho, o projeto, que prevê mais 1,6 milhão de metros quadrados para o polo, num investimento de R\$ 15,160 milhões

Antônio Almeida: expansão do polo industrial de Aparecida de Goiânia ainda não saiu do papel



em infraestrutura, reclamou o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego), Antônio Almeida, ainda não havia sido iniciado. “A capacidade atual do polo está esgotada. O governo prometeu dar um encaminhamento definitivo”, disse Almeida.

O presidente do Sigego, que antecipou a criação do Sindicato das Indústrias de Embalagens do Estado de Goiás, presidido pelo atual secretário de Indústria e Comércio, Alexandre Baldy,

criticou a “deprecação do mercado de embalagens”, promovido por empresas de fora. “Essas indústrias praticam preços inexecutáveis, numa concorrência predatória, e invadiram nosso mercado porque recebem um tratamento tributário muito mais favorável”, afirmou. Para enfrentar essa questão, ele sugeriu mudança na tributação em Goiás. “Esta é a melhor forma para não aumentar o preço para o consumidor final e atender à indústria instalada no Estado.”

Sindirepa»»

O Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa), representado por seu presidente, Ailton Aires Mesquita, pelo vice-presidente Alyson Nogueira e pelo diretor Sílvio Inácio, requisitou ao governo estadual a implantação em Goiás do Programa de Inspeção Veicular Ambiental, a exemplo do que já ocorre em outros Estados. “Sensível às questões ambientais, o governador Marconi Perillo determinou ao secretário de Meio Ambiente e Recursos Hí-

dricos, Leonardo Vilela, a adoção das providências necessárias para que o Estado também tenha seu programa de inspeção veicular”, afirmou Mesquita.

O presidente do Sindirepa lembrou que o sistema deveria ter sido implantado ainda em 2012. Apenas em Goiânia, segundo ele, são registrados mensalmente 5 mil veículos novos, num total de 60 mil licenciamentos por ano. “A inspeção contribuirá para reduzir a poluição na cidade”, afirmou Mesquita.

Ailton Mesquita: programa de inspeção veicular contribuirá para reduzir poluição em Goiânia



Sinroupas»»

O crescimento do setor de confecções poderá ser acelerado com mudanças na política tributária e com o apoio do governo na promoção comercial da indústria e na realização de feiras que permitam atrair maquinário de alta tecnologia, conforme proposta apresentada por Edilson Borges de Sousa, presidente do Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia (Sinroupas). “Com tecnologia adequada, podemos nos transformar em uma ‘China’ dentro do Brasil”, vislumbrou Borges. Adicionalmente, o presidente do Sinroupas pediu a criação de linhas de crédito para financiar a importação de máquinas e equipamentos de última geração, não produzidos no País, com isenção de juros e de correção, e sugeriu a criação de uma superintendência da indústria do vestuário no âmbito da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC).

Sinvest>>

O Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (Sinvest-GO), segundo seu presidente, José Divino Arruda, propôs ao governo do Estado incluir os produtos de cama, mesa e banho e o segmento de uniformes na política de incentivo fiscal adotada em favor do setor de confecções, que zera a alíquota de ICMS para vendas fora do Estado e reduz de 12% para 7% a alíquota do imposto nas operações internas. Segundo ele, somente o polo instalado em Inhumas já registra entre 30 e 40 empresas daqueles segmentos. Além disso, o Sinvest sugeriu que a alíquota do ICMS seja reduzida de 7% para 4%, ao invés de ser zerada conforme compromisso assumido pelo governador durante a campanha. “Queremos que 2% sejam revertidos para o Fundo de Desenvolvimento das Confecções (Fundecon)”, afirmou Arruda.

O fundo já sendo negociado há dois anos com a administração estadual e teria recebido sinal positivo do governo há um ano aproximadamente. “O Fundecon já está formatado e estamos retomando o diálogo agora”, disse ele. Além da participação do governo, o fundo receberá contribuições voluntárias de todos os segmentos da indústria de confecções e vestuário. Arruda também solicitou o apoio do governo à realização da feira Goiás Mostra Moda, prevista para maio de 2014, no Centro de Convenções de Goiânia.

Siaa>>

“Técnicos do governo desenvolvem estudos para encontrar um ponto de equilíbrio entre as necessidades de caixa do governo, a necessidade de apoiar a indústria de alimentação local e o orçamento das famílias. A nossa proposta é estabelecer um meio termo que permita a empresas de fora venderem seus produtos aqui dentro sem prejudicar nossa indústria e sem penalizar o consumidor”, afirmou o presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (Siaa), Wilson de Oliveira.

A tributação incidente sobre o arroz, citou Oliveira, “prejudica quem consome. Anápolis não



Wilson de Oliveira: tributação sobre o arroz prejudica o consumidor final

produz mais arroz e, desta forma, talvez seja possível pensar em um Índice de Valor Adicionado (IVA) mais baixo”, acrescentou ele.

Siago>>

Em outra articulação bem-sucedida, o Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás (Siago), presidido por José Nivaldo de Oliveira, e representado no encontro com o governo pelo vice-presidente Jerry de Paula, obteve a regulamentação da lei que concedeu crédito outorgado de 9% para o milho, o que significou a redução de 12% para 3% da alíquota efetiva do ICMS sobre o grão nas operações interestaduais. A nova forma de tributação equipara o tratamento dispensado ao setor pelo fisco goiano aos Estados vizinhos, que isentam o produto nas transações internas e concedem benefícios na sua comercialização. A concessão do crédito, no entanto, estará condicionada à assinatura pelos produtores de um termo de acordo de regime especial de tributação, fixando metas de arrecadação para o setor.

Jerry de Paula: setor obtém redução do ICMS sobre o milho de 12% para 3%





Ivan da Glória Teixeira: estação de tratamento de esgotos e mais energia para o Daia

Sindifargo >>

Saneamento e energia fizeram parte da pauta do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), segundo seu presidente, Ivan da Glória Teixeira. A construção da estação de tratamento de esgotos do Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), conforme disse, já foi autorizada pelo governo estadual, “mas falta a assinatura do convênio entre a Secretaria de Indústria e Comércio e a Goiasindustrial”. O Sindifargo cobrou ainda a intervenção do governo para a que Celg libere carga maior para o Daia, com o objetivo de atender aos projetos de expansão e implantação de novas indústrias no distrito. Por fim, Teixeira sugeriu que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e o Ibama formalizem convênio que permitirá unificar a taxa de fiscalização ambiental, evitando-se a dupla cobrança sobre as empresas.

Sindtrigo e Sindipão >>

A indústria de moagem de trigo e produção de derivados no Estado opera com ociosidade de 70% e, ainda assim, 70% da farinha consumida em Goiás é importada de outras regiões, queixou-se o presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo do Centro-Oeste (Sindtrigo), André Lavor. O empresário sugeriu a adoção de mecanismos para estimular a competitividade da indústria e frear a concorrência desleal. Uma das medidas poderá incluir a instituição da substituição tributária para a farinha importada. Como alternativa, prosseguiu Lavor, o governo estadual poderia copiar o modelo adotado em Minas Gerais, que concede um crédito outorgado de 16% para a indústria do setor, reduzindo a alíquota efetiva do ICMS sobre a farinha para 1%.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás (Sindipão), Luiz Gonzaga de Almeida, reforçou o pedido das indústrias. “Toda a cadeia seria beneficiada”, antecipou. Especificamente no caso do setor de panificação, Almeida gostaria que o teto para enquadramento das empresas no Simples fosse reajustado em 50% no próximo ano, segundo proposta do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem).

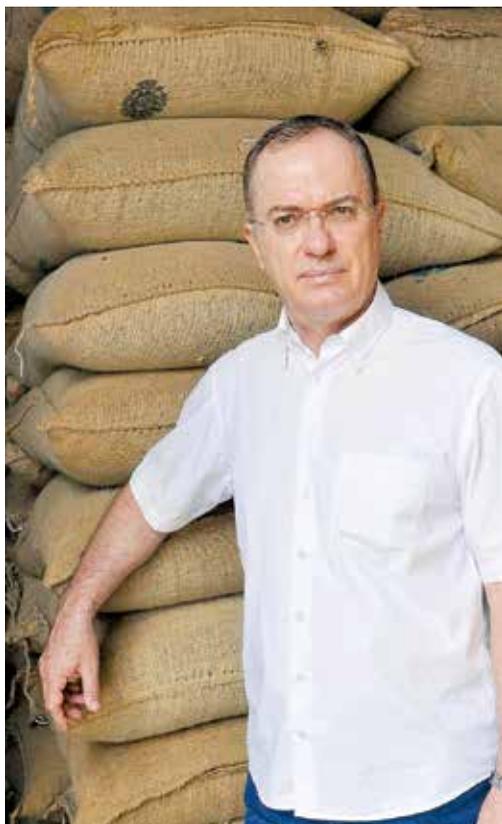
Luiz Gonzaga de Almeida e André Lavor: substituição tributária ou crédito outorgado para a farinha de trigo



Sincafé>>

Em busca de proteção para seu mercado contra a ofensiva liderada por grandes grupos do setor, incluindo multinacionais como a alemã Melitta, o presidente do Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado (Sincafé), Carlos Roberto Viana, reivindicou a adoção de um crédito outorgado de 5% do ICMS sobre as vendas de café para fora do Estado. “Hoje, nas operações internas, recolhemos 7% de ICMS, mas a alíquota sobe para 12% nas saídas para outros Estados, o que resulta em perda de competitividade para o setor e gera ainda uma questão mais delicada. Temos conhecimento que indústrias de outras regiões estão submetidas a zero de alíquota”, comentou Viana. Situações assim geram distorções e tornam impraticável para a indústria goiana concorrer com essas empresas, sustentou ainda.

Carlos Roberto Viana: multinacionais colocam seu café no Estado com zero de imposto



Pedro Silvério: projeto para formalização das empresas do setor moveleiro

Sindmóveis>>

Entre os principais projetos apresentados ao governo pelo Sindicato da Indústria de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis), Pedro Silvério, seu presidente, pediu a realização de uma feira do setor no Jardim Guanabara, como primeiro passo para consolidação de um polo moveleiro no bairro. “Nossa proposta é para que a mostra seja organizada numa parceria ampla entre o sindicato, o governo estadual, com participação da Sefaz, SIC, Jucpeg, instituições financeiras, IEL, Senai, Sebrae e outros órgãos e autarquias, contribuindo para a formalização de quase 120 empresas moveleiras que já atuam no setor”, afirmou Silvério. Como parte do projeto de formalização, o Sindmóveis propõe ainda a instalação de um shopping de rua. “Isso seria interessante para o empresário, que poderia ter acesso a benefícios tributários e a crédito, e também para o Estado, com aumento da arrecadação. Quando todos pagam seus impostos, cada um paga menos”, defendeu. O Sindmóveis negocia ainda a implantação de pelo menos mais três polos moveleiros no Estado, em Goianira, Novo Gama e Anápolis. “Estamos em negociações com a GoiásFomento e com a Goiasindustrial. No futuro, talvez possamos pensar em mais um polo em Rubiataba”.

Sifaeg >>

O presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg), André Rocha, defendeu a redução da alíquota do ICMS sobre o etanol hidratado de 22% para 20%, retomando os níveis praticados até 2000, além do retorno do crédito outorgado de 50% para 60% no caso do anidro, situação em vigor até 2008. “Estamos ampliando a produção e a arrecadação, mas precisamos de competitividade para enfrentar a elevação dos custos de produção, sob pressão da alta do óleo diesel, que responde por mais de 23% do custo final de uma usina”, sustentou Rocha. O setor espera produzir neste ano, em Goiás, em torno de 3,2 bilhões de litros.



André Rocha: ampliação do crédito outorgado para assegurar a competitividade do etanol goiano

Simplago >>

Numa estratégia para defender a indústria do plástico local, o empresário Olympio José Abrão, presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago), espera que o governo adote o regime de substituição tributária para as embalagens plásticas importadas. “O setor sofre hoje concorrência abusiva inclusive de indústrias de fora do País, o que tem gerado desemprego no Estado”, declarou Abrão, citando empresas do Paraguai, Uruguai e Argentina entre aqueles concorrentes. Outros Estados, de acordo com ele, já adotam a substituição tributária, que obriga o recolhimento do ICMS na entrada dos produtos no Estado. O presidente do Simplago lembrou ainda que a indústria de embalagens plásticas do Sul, Sudeste e Nordeste tem acesso à resina plástica a custos mais competitivos.



Gilberto Martins Costa: consumidor paga caro por areia fora de especificações e de qualidade duvidosa



Olympio José Abrão: concorrência “abusiva” de empresas de fora gera desemprego no Estado

Sindiareia >>

Com 390 empresas estabelecidas legalmente no Estado, somando um total aproximado de 600 empregos diretos, a indústria de extração de areia quer uma ação mais rigorosa do Estado contra a informalidade, que não só promove concorrência desleal como fornece ao consumidor um produto de baixa qualidade e fora das especificações técnicas. “Postulamos que a Semarh reforce sua atuação, com a instalação

de maior número de balanças móveis e de fiscais, de forma a legalizar extração, transporte e venda de areia para o consumidor final”, defendeu Gilberto Martins Costa, presidente do Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás (Sindiareia).

Segundo ele, praticamente todo o produto colocado em Brasília tem como origem fornecedores não regularizados. “O consumidor acaba pagando caro pela areia, que é vendida pelos informais fora do peso e com baixa qualidade, registrando-se até mesmo a presença de materiais orgânicos nas cargas”, sustentou Costa. De acordo com ele, o governo demonstrou “boa receptividade” à reivindicação.

Sinprocimento>>

As 630 fabricantes de cimento e artefatos, que empregam perto de 8 mil pessoas no Estado, necessitam de um prazo a mais para recolher o ICMS apurado mensalmente, segundo consulta conduzida pelo Sindicato das Indústrias de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento) e encaminhada ao governo. Atualmente, lembrou Marley Rocha, primeiro secretário da Fieg e representante do sindicato na audiência, o imposto é pago no 12º dia posterior ao mês de referência. “Propomos o pagamento no dia 30 de cada mês, de forma escalonada. Sabemos das dificuldades de caixa do governo, mas precisamos encontrar um ponto de equilíbrio, já que a indústria recolhe o imposto mesmo antes de receber pela venda, o que compromete seu fluxo de caixa. E as empresas não têm fôlego, hoje, para bancar isso”, argumentou Rocha.

Marley Rocha: extensão do prazo para recolhimento do ICMS do 12º para o 30º dia do mês



Jaime Canedo: maior prazo para licenças e alvarás e criação do arranjo produtivo do setor

Sindiquímica>>

A necessidade de assegurar maior competitividade às empresas fabricantes de produtos químicos em Goiás levou o presidente do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindiquímica), Jaime Canedo, a reivindicar do governo a redução da carga tributária incidente sobre o setor e a adoção do regime de substituição tributária para produtos de outros Estados, além da desburocratização dos processos para renovação de licenças e alvarás.

Canedo argumentou que cosméticos e produtos de limpeza produzidos em Goiás enfrentam dificuldades para entrar em outros Estados, como reflexo da elevada tributação, o que não se verifica quando se trata de importar esses mesmos produtos, penalizando duplamente a produção local. Uma alternativa seria estabelecer na entrada desses produtos um Índice de Valor Adicionado (IVA), como base de cálculo do ICMS, em torno de 90% para cosméticos e 35% a 45% para produtos de limpeza.

O Sindiquímica propôs ainda a ampliação do prazo de validade de alvarás de um para quatro anos, a prioridade a pequenas empresas nos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o registro na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado (Sectec) do arranjo produtivo local do setor de cosméticos, em estudos desde 2011 e ainda não efetivado. “O registro possibilitará aos gestores e integrantes terem acesso a financiamentos públicos com verbas específicas e subsidiadas para toda a categoria”, afirmou Canedo.



João Essado: asfalto para o trecho de 2,5 quilômetros da GO-022 entre Inhumas e a Centro Couros

Sindicurtume >>

Representando o setor e a prefeitura de Inhumas, o presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindicurtume), João Essado, pediu a pavimentação de um trecho de 2,5 quilômetros da GO-022, entre a cidade e a empresa Centro Couros, de sua propriedade. “O governo se comprometeu a ajudar por meio da prefeitura, com repasse de verba do Produzir. O projeto está agora na Age-top (Agência Goiana de Transporte e Obras)”, afirmou. Uma próxima audiência com as empresas associadas ao Sindicurtume ainda deverá ser agendada com o governador para tratar de temas de interesse da indústria.

Leopoldo Moreira: mantido teto de R\$ 3,6 milhões para enquadramento no Simples



Metrologia >>

O presidente da Rede Metrológica, Marçal Henrique Soares, sugeriu que o Estado inclua na grade curricular da rede estadual de ensino a disciplina de metrologia, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). “A metrologia é a principal ferramenta para a inovação e para a produtividade”, resumiu Soares. Segundo ele, as empresas do Estado são obrigadas a contratar em outras regiões técnicos especializados em metrologia, para a realização de auditorias e testes de conformidade, que custam caro. “Apenas a indústria farmacêutica deverá produzir 13 bilhões de comprimidos em Goiás”, ressaltou.

Marçal Henrique Soares: inclusão da metrologia na grade curricular das escolas estaduais



Micro e pequena empresa >>

O teto do Simples Nacional, para enquadramento de micro e pequenas empresa no programa, será mantido em R\$ 3,6 milhões também no próximo ano em Goiás, confirmou o secretário da Fazenda, Simão Cirineu, ao receber o presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem), Leopoldo Moreira. Mas o Compem pretende reabrir, em 2014, o debate sobre a revisão daquele teto, propondo um aumento de 50% sobre o valor atual, o que beneficiaria, segundo ele, “75% das empresas goianas”. Moreira solicitou ainda que micro e pequenas empresas sejam excluídas do sistema de substituição tributária. “O setor de gráficas, por exemplo, não está sujeito ao recolhimento de ICMS e, portanto, fica impossibilitado de aproveitar os créditos gerados pela substituição tributária.”

Tecnologia e inovação>>

O presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Melchiades da Cunha Neto, defendeu que um quarto dos recursos orçamentários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) sejam destinados a editais para financiar a inovação em empresas. Segundo ele, o conselho temático, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a GoiásFomento mantêm conversações para replicar em Goiás o programa Inovacred, da Finep, destinado ao financiamento de empresas com receita operacional bruta de até R\$ 90 milhões por ano. A agência goiana de fomento assumiria o papel de agente do programa, que tem como objetivo financiar o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, aprimorar aqueles já existentes e ainda projetos de inovação em marketing e processos.



Melchiades da Cunha Neto: mais recursos para os editais destinados a empresas

CONGRESSO AGRIMONEY

26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2013

CENARIUM RURAL, CUIABÁ – MT

A NOVA FRONTEIRA DA RENTABILIDADE

AMPLIE SEU CONHECIMENTO
E COLHA OS MELHORES RESULTADOS

O Agrimoney 2013 é o único evento focado na geração de conhecimento para seus participantes, com é o único evento focado na geração de conhecimento para seus participantes, com e estratégias de comercialização para as principais commodities agrícolas produzidas no Brasil. Além disso, oferece conteúdo exclusivo com grandes nomes do mercado e oportunidade de relacionamento com os principais representantes do setor.

26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2013
CENARIUM RURAL, CUIABÁ - MT
Confira a programação completa e inscreva-se pelo site.
Acesse www.agrimoney.com.br
Inscrições limitadas.
Informações: info@agrimoney.com.br

PARTICIPE E APROVEITE PARA CONHECER DE PERTO AS NOVAS TENDÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO GLOBAL.

Patrocínio Platinum:



Apoio Institucional:



Realização:



UMA PARCERIA RENOVADA

Nova edição da agenda analisa 44 projetos de lei e considera 25 divergentes e 19 convergentes em relação aos interesses do Estado e da indústria

Lançada no dia 11 de setembro, na Casa da Indústria, numa parceria com a Assembleia Legislativa de Goiás, a edição 2013 da Agenda Legislativa da Indústria Goiana analisa em detalhes 44 projetos de lei em tramitação naquela casa de leis e, após uma avaliação meramente técnica, classifica 25 deles como divergentes em relação aos interesses da economia estadual e da indústria e aponta outros 19 como convergentes, dos quais quatro com ressalvas – o que significa que necessitam de aperfeiçoamentos. A pauta dos projetos avaliados pela federação envolve assuntos econômicos, tributários e trabalhistas, além das áreas de infraestrutura, meio ambiente, institucional, responsabilidade social e relações de consumo.

“A Fieg espera contribuir com os deputados estaduais para o aperfeiçoamento do aparato legal que pauta os direitos e as obrigações do povo goiano, de forma apartidária e sem vertentes corporativistas”, afirmou Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg, que comandou a solenidade de entrega do documento juntamente com o vice-presidente da Assembleia Legislativa, Hélio de Sousa (DEM). O presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira, também participou do evento.

O deputado Hélio de Sousa considerou a publicação um importante instrumento para promover a interlocução entre os poderes público e privado e também para aprimorar as propostas analisadas pela Assembleia. A aproximação entre deputados e empresários, acrescentou Pedro Alves, cumpre o objetivo não menos relevante de contornar obstáculos que poderiam surgir a partir da aprovação de medidas excessivamente burocráticas ou inócuas e, ainda, sem a previsão de mecanismos que permitam sua aplicação prática. “Nossa legislação, que muitas vezes prima por preciosismos desnecessários, estabelece uma burocracia cruel que atormenta a vida das empresas e dos cidadãos”, declarou o presidente da Fieg.

Convidado especial, Paulo Afonso, em sua palestra, defendeu a mobilização das lideranças empresariais diante de projetos de lei que possam emperrar o crescimento de Goiás. “Em menos de uma década, o País será outro, estamos passando por um processo de conscientização no que se refere à cidadania, e todas as mudanças que estão em curso, e também por vir, estão atreladas a mudanças nas instituições do Poder Legislativo. Nesse contexto, a Agenda Legislativa da Indústria Goiana, bem como a Agenda Nacional, tem papel fundamental”, afirmou.



Paulo Afonso, Pedro Alves de Oliveira e Hélio de Sousa: transparência e maior aproximação entre parlamentares e o empresário

E ATÉ AGORA, NADA DE TREM

Valec espera entregar o trecho central da via até fevereiro de 2014, mas terá de investir mais R\$ 475 milhões em obras que deixaram de ser feitas pelas empreiteiras contratadas

A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. corre contra o relógio para tentar cumprir a meta de concluir até fevereiro do próximo ano, depois de nove adiamentos apenas nos últimos seis anos, o trajeto de 855 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul (FNS), ligando Palmas, no Tocantins, e Anápolis, em Goiás. A estatal ainda terá de investir pelo menos R\$ 475 milhões em obras de correção e recuperação de 12 trechos que haviam sido retirados do escopo dos contratos originais por decurso de prazo, segundo o diretor de operações da Valec, Bento José de Lima. Ele participou, no dia 19 de julho, na Casa da Indústria, de um encontro com a direção da Fieg, lideranças empresariais e prefeitos de 15 municípios na área de influência da ferrovia no Estado. Esse valor inclui ainda a manutenção da via até que a concessão do tramo central seja licitada pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Até o momento, detalha relatório apresentado por Lima a empresários e políticos, perto de 98% das obras já estão concluídas. Os trabalhos restantes, já licitados em divididos em quatro lotes, incluem a conclusão do serviço de taludes, colocação de brita para sustentação dos dormentes e desvios entre Palmas e Gurupi, no Tocantins, dali até Uruaçu, já em território goiano, e desta cidade até Anápolis, onde será construído ainda um terminal de cargas e manobras.

Os dois primeiros lotes têm prazo até dezembro deste ano para conclusão. O terceiro, entre Uruaçu e Anápolis, deverá estar pronto em fevereiro do próximo ano, mesmo prazo para a entrega do pátio, anteriormente previsto para



Sinais de abandono: em trecho próximo a Anápolis, trilhos começam a ser tomados pelo mato

junho de 2014. A Granol já vem negociando com a Valec sua participação no terminal, que terá 2,1 mil metros de comprimento, abrigando 58 mil metros de ramais e nove linhas, seis em bitola larga e três em bitola mista, num investimento de R\$ 93 milhões.

INJEÇÃO DE OXIGÊNIO NA ECONOMIA

“A Ferrovia Norte-Sul representará para a economia de Goiás marco similar à inauguração de Brasília nos anos 1960”, declara o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. Neste ano, relembra ele, os longos engarrafamentos nas vias de acesso aos portos e as filas de navios causaram o cancelamento de embarques de quase 2 milhões de toneladas de soja para a China, produzindo queda nos valores pagos na exportação. “A produção goiana é obrigada a percorrer 5 mil quilômetros a mais até os mercados de destino. A conclusão da Norte-Sul abrirá a possibilidade de escoar nossos produtos pelo Maranhão, com redução entre 25% e 30% no custo de frete, o que representará injeção de oxigênio na vida econômica do Estado”, observa Pedro Alves.



Trecho sul: perto de 38% das obras até Estrela D'Oeste já foram executadas

UMA FERROVIA DE R\$ 12 BILHÕES

“No primeiro semestre deste ano, a Valec produziu obras equivalentes a tudo o que havia sido realizado nos 12 meses de 2012”, declara Bento José de Lima, diretor de operações da estatal. Os números parecem dar razão a Lima, embora não sirvam de grande alento para uma ferrovia que começou a ser construída ainda nos anos 1980 e até hoje não foi concluída. Entre janeiro e julho, o tramo central da Norte-Sul recebeu investimentos de R\$ 843,3 milhões, diante de R\$ 858,9 milhões em todo o ano passado. O gasto, entretanto, representou apenas 33,5% dos quase R\$ 2,519 bilhões programados até dezembro deste ano. O trecho entre Palmas e Anápolis será realizado pela Valec e terá a concessão licitada de forma integrada com a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), entre Campinorte (GO) e Lucas do Rio Verde (MT), a ser construída pelo setor privado.

A extensão sul da ferrovia, ligando Ouro Verde, em Goiás, a Estrela D'Oeste, em São Paulo, num total de 681,6 quilômetros, recebeu R\$ 465,1 milhões entre janeiro e julho deste ano, frente a R\$ 538,5 milhões em 2012, correspondendo a 44,3% do total de R\$ 1,051 bilhão orçados para este ano. Até o final do primeiro semestre, diz Lima, 38,1% do projeto já haviam sido concluídos, diante de uma execução equivalente a 25,8% registrados em dezembro do ano passado e previsão de 57,4% até dezembro deste ano. De acordo com Lima, o trecho deverá estar pronto no final de 2014, com início de operação previsto para o começo de 2015.

NOVO MODELO DE CONCESSÃO

O trecho sul da FNS será o primeiro a ser licitado com base no novo modelo de concessão desenhado pelo governo para as ferrovias, que prevê a segregação entre a infraestrutura e a operação ferroviária como forma de estimular a concorrência, combater o monopólio instalado no setor e reduzir custos de transporte, conforme Bento José de Lima, da Valec. Neste modelo, os novos operadores responderão pela gestão da infraestrutura, encarregando-se da construção, operação e manutenção da ferrovia, além de monitorar e gerenciar a qualidade do serviço e os riscos.

O transporte de cargas será aberto a operadores independentes, donos de carga e aos concessionários atuais, mediante a assinatura de protocolo de intenções sob coordenação da Valec. No início de setembro, o governo criou a Empresa Brasileira de Ferrovias (EBF), com caixa de R\$ 15 bilhões para a compra de capacidade das ferrovias que serão concedidas à iniciativa privada.

ESFORÇO CONJUNTO

Os estudos preliminares contemplavam a instalação de um terminal multimodal em Goiânia, mas foi abandonado pela Valec. Porém a possibilidade de retomada do projeto não está descartada. “Particularmente, estou convencido da viabilidade de construção de um pátio na região de Goiânia. E digo mais: este seria o pátio de Goiás, com capacidade de centralizar cargas destinadas aos portos do norte do País”, sustenta Bento José de Lima. A construção de um terminal multimodal na altura de Goiânia, com unidades de refrigeração para receber carnes, atomatados e outras cargas, acrescenta Lima, tornaria mais eficiente a logística.

DEPOIS DA TORMENTA

Setor atravessa um ano de recuperação, depois de resultados menos favoráveis em 2012, e acelera a tendência de diversificação

Depois de enfrentar condições adversas no mercado em 2012, com custos em elevação e preços retraídos, a cadeia de produtos lácteos no Estado atravessa, neste ano, momento mais positivo, com demanda aquecida, melhor remuneração e queda nos preços dos insumos. “Quando o produtor consegue preços melhores, a resposta vem na forma de aumento da oferta. Não existe indústria forte sem produção forte”, afirma Joaquim Guilherme Barbosa de Souza, presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Goiás (Sindileite).

A cadeia do setor, conforme Guilherme, reúne entre 65 mil e 70 mil unidades produtoras de leite, gerando em torno de 220 mil empregos diretos e indiretos, dos quais perto de 10 mil apenas nos laticínios. Numa fase mais recente, a indústria acelerou seu processo de diversificação, incorporando produtos mais sofisticados e de maior valor agregado, além dos tradicionais leite em pó e manteiga. A carteira do setor passou a incluir achocolatados, bebidas lácteas e sorvetes, entre outros. “O Estado já foi exportador de leite, mas atualmente não vende um litro que não seja de leite processado”, comenta. O parque industrial tem capacidade para processar diariamente entre 17 milhões a 18 milhões de litros, mas a produção no Estado varia em torno de 9 milhões. “Estamos preparados para dobrar a produção, mas temos uma limitação da oferta”, observa Guilherme. A indústria, acrescenta ainda, está presente em todos os 246 municípios do Estado. “Houve uma melhora importante na qualidade do leite, que é quase todo resfriado nas fazendas”.

O Sindileite, que registra 36 indústrias associadas, iniciou uma ofensiva para enfrentar o problema, em parceria com laticínios e organizações governamentais e não governamentais. Uma das vertentes desse esforço está na capa-

citação de pessoal para a indústria. Até o momento, relata, foram preparados e colocados na indústria 28 técnicos.

Na outra ponta, o Sindileite banca a aquisição de tourinhos de raça holandesa, puros de origem, para repasse aos produtores interessados, que terão 12 a 36 meses de prazo para pagamento e poderão contar com linha de crédito da GoiásFomento a juros de 1,15% ao mês. Guilherme informa que 248 touros já foram repassados a produtores de leite, com o objetivo de melhorar geneticamente o plantel. A meta é distribuir mil tourinhos por ano para, ao final do terceiro ano do projeto, criar as condições para alcançar incremento na produção diária de quase 1 milhão de litros. No sétimo ano, a expectativa é atender a pelo menos 10% dos produtores do Estado.



Joaquim Guilherme: distribuição de mil tourinhos por ano para melhora do rebanho

NOVAS PROPOSTAS, VELHOS DESAFIOS

*Jorge Tadeu
Abrão e Carlos
Alberto Moura
Júnior: projetos
estruturantes,
capacitação, saúde e
segurança*

Sinduscon-Go e Seconci-GO, sob novo comando, buscarão soluções para consolidar o desenvolvimento do setor e da economia no Estado

Empossados em agosto, os novos presidentes do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) e do Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci-GO) para o triênio 2013/16, respectivamente, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior e Jorge Tadeu Abrão, terão pela frente uma série de desafios e novas propostas para enfrentá-los. Moura Júnior planeja adotar estratégia “construtiva” no relacionamento com os governos estadual, federal e prefeituras, levando propostas e ideias que contribuam para o desenvolvimento do Estado. “O sindicato continuará a atuar junto aos governantes para

viabilizar obras importantes, como o aeroporto de Goiânia, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e duplicações de rodovias federais em Goiás”, afirma. Em parceria com a Fieg, prossegue Moura Júnior, “temos o papel preponderante de ajudar os órgãos públicos a viabilizar os investimentos necessários às obras estruturantes para Goiás”. Em sua gestão, Abrão pretende incrementar os esforços do Seconci-GO em favor da “saúde, segurança e qualidade de vida” do trabalhador, atuando na prevenção e promoção da saúde bucal diretamente nos canteiros de obras e ainda “prestando orientações aos trabalhadores sobre doenças como tuberculose, DSTs, câncer de pele e outras”. Moura Júnior e Abrão, cada um em sua área específica, têm planos de reforçar a parceria com a Fieg e suas entidades, seja na qualificação de empregados e empresas, seja no combate a doenças. “O Sesi Goiás e a Fieg são parceiros irrestritos do Seconci”, destaca Abrão.



UM AMPLO FÓRUM DE DEBATES

Lançada no final de agosto pela Fieg, com a participação de 15 sindicatos ligados direta ou indiretamente ao setor, num projeto desenhado pelo Sinduscon-GO, a Câmara Setorial da Indústria da Construção funcionará como um fórum especializado de debates e elaboração de projetos para atender às principais reivindicações da cadeia produtiva do segmento. A câmara será comandada pelo empresário e diretor de Materiais e Tecnologia do Sinduscon-GO, Sarkis Nabi Curi. Caberá à câmara estabelecer os princípios e as regras de conduta para o setor, estimulando ainda a formação de consensos em torno de questões conflituosas. Seu objetivo será também estimular a competitividade e o fortalecimento de toda a cadeia industrial. Um dos primeiros temas a ocupar a agenda da câmara será a aplicação de normas técnicas que regulamentam a qualidade dos materiais e processos no setor.

*Sarkis Nabi Curi: à
frente da Câmara da
Construção*





Lançamento oficial: workshop discutiu o gerenciamento de resíduos sólidos no setor automotivo

A OFENSIVA DO SINDIREPA-GO

Sindicato lança manual para auxiliar empresas do setor automotivo a implantar planos de gestão de resíduos e reduzir impactos ambientais

O Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa-GO) tem pela frente o enorme desafio de consolidar no setor, que abriga mais de 10 mil empresas de todos os portes, práticas adequadas na gestão dos resíduos sólidos gerados pela atividade, que manipula todos os dias materiais altamente contaminantes. Essa ofensiva,

na verdade, já foi iniciada com o lançamento, no final de agosto, do Manual de Gestão de Resíduos Sólidos, com foco especificamente nas empresas do setor.

“A cartilha vai orientar as empresas associadas ao sindicato em relação à complexidade da legislação ambiental e na destinação correta de resíduos sólidos e líquidos”, observa Ailton



“A cartilha vai orientar as empresas em relação à complexidade da legislação ambiental e na destinação correta de resíduos sólidos e líquidos”

Ailton Mesquita, presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa-GO)

Aires Mesquita, presidente do Sindirepa-GO. De acordo com ele, menos de 5% das empresas do setor estão habilitadas a fazer a gestão desses resíduos e possuem licenciamento ambiental em dia.

Entre outros obstáculos, Mesquita relaciona a situação financeira da empresa, que precisaria investir pelo menos R\$ 5 mil para fazer sua adequação física ao que estabelece a legislação, e a burocracia da Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia (Amma). “A liberação de uma licença pode demorar um ano, o que os coloca numa situação absurda”, protesta.

CRÉDITO PARA SETOR AUTOMOTIVO

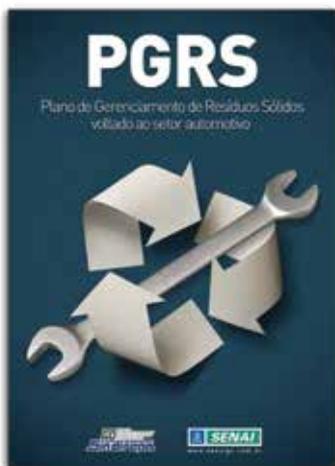
O sindicato desenha uma fórmula para driblar as dificuldades financeiras da indústria de reparação e acessórios para veículos, em conjunto com a GoiásFomento. Segundo Ailton Aires Mesquita, a agência vai oferecer aos empresários uma linha de crédito destinada a financiar a adaptação das empresas e facilitar a implantação de planos de gerenciamento de resíduos no setor automotivo, com juros de 3% ao ano.

MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO

Preparado com base em trabalho originalmente desenvolvido pelo Sindirepa-PR e Senai Paraná, o manual traz uma série de informações sobre as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos e líquidos, orientando as empresas sobre como executar projetos nesta área, levando em conta a necessidade de minimizar os impactos ambientais gerados pela atividade.

Entre outras sugestões, a gestão dos resíduos deverá ser orientada, em primeira instância, para estimular a redução na geração desses rejeitos na fonte, o que exigirá a busca de so-

luções tecnológicas que permitam melhorar a eficiência no processo produtivo e capacitação de empregados. A eliminação de embalagens desnecessárias e o uso de materiais recicláveis podem ser negociados, por exemplo, com fornecedores, indica o manual, que aponta ainda a necessidade de substituir trapos de malha e estopas por toalhas industriais laváveis. A aquisição de óleos e outros produtos perigosos, em outro exemplo, pode ser feita em embalagens maiores ou a granel, “evitando o excesso de embalagens contaminadas”. É indicado igualmen-



Cartilha ambiental: objetivo é reduzir geração de resíduos e assegurar sua destinação adequada

te o uso de produtos não tóxicos no processo produtivo e na limpeza de máquinas, equipamentos e instalações.

Os passos seguintes, depois de esgotadas as possibilidades de redução na geração de resíduos, incluem a reutilização e a reciclagem, de forma a evitar a disposição desses materiais em aterros. As empresas têm como opção, descreve o manual, a consulta ao Sistema Integrado Bolsa de Resíduos da CNI (www.sibr.com.br) “para identificar possibilidades de reuso dos resíduos sólidos”.

REDUZIR CUSTOS E GERAR RECEITAS

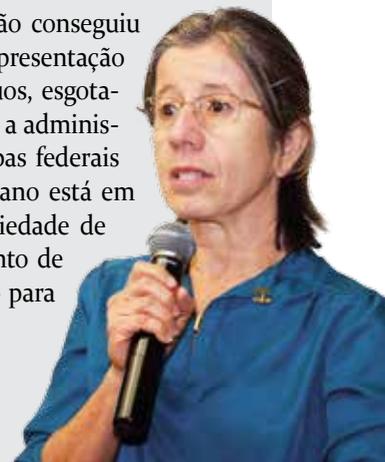
Práticas de filtragem e decantação de produtos de limpeza, como querosene e óleo diesel, são também recomendadas, o que prolonga o uso daqueles materiais, reduzindo custos. Da mesma forma, a indústria tem sempre a opção de negociar com seus fornecedores o envio dos pedidos em recipientes retornáveis e pode dar preferência, ainda no processo produtivo, ao uso de produtos recicláveis, evitando os descartáveis. Nas áreas de administração e escritórios, algumas medidas práticas colaboram para reduzir o volume de resíduos e facilitar seu envio para a reciclagem, como o reaproveitamento de papéis usados na produção de blocos de rascunho, a devolução de cartuchos de impressão, pilhas e baterias aos fabricantes e, principalmente, a adoção da coleta seletiva.

ATRASO NA CONCLUSÃO DO PLANO

No País como um todo, perto de 1,3 bilhão de litros de óleo lubrificante são vendidos em um ano, mas apenas 416 milhões de litros retornam para o setor de rerefino, o que significa que em torno de entre 60% e 70% de um produto altamente tóxico são lançados irregularmente no meio ambiente, declara Celma Alves dos Anjos, técnica da Amma. “O mais difícil é atingir o pequeno empreendedor, que representa quase 90% das empresas de reparação de veículos, mas enfrenta dificuldades econômicas e não dispõe de pessoal capacitado na gestão de resíduos”, observa ela.

Mas a própria Prefeitura de Goiânia não conseguiu cumprir o prazo fixado em lei para a apresentação do plano municipal de gestão de resíduos, esgotado em agosto do ano passado. Desde lá, a administração municipal não pode acessar verbas federais destinadas a projetos ambientais. O plano está em elaboração e deverá prever a obrigatoriedade de apresentação de planos de gerenciamento de resíduos pelas empresas como condição para o licenciamento ambiental.

Celma Alves dos Anjos: “O mais difícil é atingir o pequeno empreendedor”



UM NOVO RAMO DE NEGÓCIOS

Juarez de Moraes trabalha em uma concessionária de veículos e, em junho do ano passado, decidiu criar a empresa Rodando Verde, destinada a coletar resíduos e materiais descartados por oficinas mecânicas, postos de combustíveis e as próprias concessionárias, incluindo óleo, filtros, combustíveis, equipamentos de segurança usados, papelão, plástico e madeiras, entre outros rejeitos.

Pouco mais de um ano depois, a empresa já relaciona em seu portfólio 33 clientes e movimenta em torno de 23 toneladas por mês, incluindo 8,5 mil litros de óleo, que são separadas conforme o grau de toxicidade e aplicação, processadas e encaminhadas para rerefino, no caso de lubrificantes e combustíveis, e reciclagem.

“Estamos nos preparando para atender, agora, uma usina de etanol e, para isso, investimos R\$ 268 mil em mais um caminhão”, relata Moraes. Será o segundo da empresa, que espera aumentar suas receitas em mais de 50% até dezembro, saindo de R\$ 26 mil, valor registrado em julho deste ano, para R\$ 40 mil.

CONTRA O ANALFABETISMO

Unidade Integrada Sesi Senai Sama lança ofensiva para alfabetização de adultos em Cavalcante, em parceria com a prefeitura local

Edilaine Pazini

de Cavalcante

A educação, todos sabem, é um direito assegurado pela Constituição Federal. O que muitos podem ainda não ter conhecimento é que mais de 362 mil goianos na faixa etária de 15 anos ou mais – 6% dos mais de 6 milhões de habitantes do Estado – não sabem ler nem escrever, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cavalcante, localizado no norte goiano, é o município que apresenta o maior índice de analfabetismo registrado em Goiás, com 26,9%, correspondendo a 1.693 pessoas.

Para atenuar essa realidade, a Unidade Integrada Sesi Senai Sama, de Minaçu, mantém desde 2009 parceria com a prefeitura de Cavalcante, por meio da Secretaria Municipal de Educação, pela qual já atendeu, até agora, 271 alunos com o programa Sesi Alfabetizando e 202 alunos com o programa Educação do Trabalhador (ensino fundamental e médio). Atualmente, são 50 alunos matriculados no ensino médio.

Lavrador e morador de Cavalcante, Senivaldo Alves da Silva, de 35 anos, chegou a passar 15 anos sem contato com uma instituição de ensino por trabalhar no campo. O jovem foi um dos 15 concluintes do ensino médio, pelo programa Educação do Trabalhador, na Escola Municipal Tia Ceci, em julho de 2013. “Realizei um sonho e agora penso até em fazer uma faculdade, só não decidi o curso ainda”, afirma o lavrador, emocionado.

“Quantas vezes tive vontade de desistir, por me sentir cansada. No meu último dia de aula meu marido me abraçou e me deu parabéns”

Lúcia Helena Ferreira dos Santos, 45 anos, com a família em sua formatura

PEDAGOGIA, UM SONHO

A dificuldade para a conclusão dos estudos também não foi diferente para Lúcia Helena Ferreira dos Santos, de 45 anos. “Quantas vezes tive vontade de desistir, por me sentir cansada”, desabafa. Além de trabalhar o dia todo na prefeitura, Helena cuida do pai, Domingos Dias dos Santos, de 86 anos, e do filho Isaque, de 11. Para estudar no período noturno, o marido dela, o pedreiro Iramar da Silva Reis, auxiliava com os afazeres. “No meu último dia de aula meu marido me abraçou e me deu parabéns”, lembra. Helena agora diz que a ajuda do marido será ainda mais bem-vinda daqui pra frente, pois a inscrição para o vestibular da universidade já foi realizada. “Quero ser pedagoga”, ressalta.





Silmar Moreira dos Santos: oportunidade para que todos possam estudar em horários mais adequados

PARCERIA PELA EDUCAÇÃO

O município de Cavalcante só conta com uma escola estadual, que não oferece flexibilidade em todas as turmas, atendendo à maioria das turmas de ensino médio apenas no período diurno; e uma municipal, que ainda não oferece ensino médio. “Precisamos de pessoas mais instruídas no nosso município para que possamos conquistar mais incentivos do governo, pois essas pessoas cobram mais seus direitos”, afirma o secretário municipal de Educação, Silmar Moreira dos Santos. Ele explica que a rotina é diferente para cidadãos que precisam trabalhar. “Por isso, essa parceria que fizemos com o Sesi é de suma importância para o município e para os moradores, pois dá a oportunidade para que essas pessoas possam estudar no horário que resta no dia a dia de cada um. A tendência é que essa parceria só se fortaleça”, afirma.

Cecy Torquato dos Santos, professora contratada pelo Sesi para lecionar em Cavalcante, relata a dificuldade em chegar aos locais onde a população do município ainda não conta com a alfabetização. “Aqui existem muitos analfabetos na zona rural e já concluímos várias turmas por lá, mas o acesso é muito difícil, sem estrada, chegávamos a andar seis horas a cavalo para chegar aos locais”, conta.

A ESCOLA VAI PARA DENTRO DA INDÚSTRIA

Também nos principais polos econômicos do Estado há trabalhadores que não tiveram acesso ao ensino médio. Com as novas exigências do mercado e a dificuldade de se encontrar profissionais qualificados, empresas investem na melhoria da escolaridade de seus colaboradores, com salas de aula instaladas no próprio local de trabalho, em parceria com o Sesi.



José Ribamar e Clayton Santos: de volta ao banco da escola, plano é concluir o ensino médio

Depois de 20 anos afastado da escola, Clayton Carmo dos Santos teve a chance de pegar mais uma vez no lápis e no caderno. Ele faz parte da turma de alunos do 9º ano do ensino médio que fica dentro da Refrescos Bandeirantes (Coca-Cola), em Trindade. Motorista da indústria há sete anos, ele vê a oportunidade como uma realização pessoal. Com apoio da família – esposa e dois filhos – e a valorização da indústria, diz estar mais motivado. “Ainda não penso tão longe como chegar a uma faculdade, mas quero terminar o ensino médio para me sentir melhor, pois, no passado, tive de priorizar o trabalho”, conta. O mecânico de empilhadeira José Ribamar Alves Gonçalves, de 53 anos, também não pensa em faculdade. “É muito cansativo e não pretendo ir tão longe. Meu objetivo de voltar a ler e escrever corretamente”, ressalta.

PRÊMIO CONTRA EVASÃO ESCOLAR

A partir do final do ano de 2013, o Sesi vai reconhecer o esforço e trabalho de quem, apesar de todas as dificuldades, permanecer firme no objetivo de elevar sua escolaridade. Para tanto, será sorteado, na conclusão das séries da Educação de Jovens e Adultos (EJA), um brinde para os alunos que estiverem em conformidade com os critérios de participação. Os alunos que possuírem, no mínimo, 75% de presença nas aulas, boa conduta e bom desempenho escolar irão concorrer a bicicletas, câmeras digitais, celulares e tablets. Maiores informações com a coordenação pedagógica da unidade do Sesi em que estuda ou com a coordenação técnica da EJA, pelo telefone: (62) 3219-1747.



Turma da habilitação técnica em eletromecânica comemora conclusão da etapa escolar do curso

QUALIFICAÇÃO ITINERANTE

Em parceria com a Tractebel Energia, Senai Goiás forma técnicos em eletromecânica no município de Palmeirópolis, no Tocantins

Andelaide Pereira
de Palmeirópolis (TO)

Localizado na região Sul de Tocantins, na divisa com Goiás, o pequeno município de Palmeirópolis, a cerca de 500 quilômetros de Goiânia, experimenta fase de crescimento socioeconômico desde a implantação de uma usina hidrelétrica na vizinha São Salvador, a 42 quilômetros de distância. Inaugurada em 2009, a usina pertence à Tractebel – maior empresa privada de geração de energia do País –, que opera também a hidrelétrica Cana Brava, instalada entre os municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul, já em Goiás, nas regiões Norte e Nordeste do Estado.

Construída às margens do Rio Tocantins, a Usina São Salvador movimentou o comércio e

a economia de Palmeirópolis, principal ponto de apoio logístico da empresa desde o início da obra, em 2006. Com o crescimento da região, a Tractebel tem procurado investir também no desenvolvimento da população local. Há cerca de dois anos, a empresa buscou parceria do Senai Goiás para implantação do curso técnico em eletromecânica em Palmeirópolis.

A habilitação foi desenvolvida por meio de ação móvel coordenada pela Unidade Integrada Sesi Senai Sama, de Minaçu, a 84 quilômetros de distância. A iniciativa contou com parceria também da prefeitura de Palmeirópolis, que cedeu espaço em uma escola municipal para realização das aulas teóricas. Já as atividades práticas foram ministradas em Minaçu, para onde os alunos se deslocavam em transporte bancado pela empresa.



Marcelo Oliveira da Silva, gerente da Usina São Salvador: desenvolvimento da comunidade local

VAGAS SOB DISPUTA

Realizada em 2011, a seleção para o curso técnico mobilizou a cidade. Mais de 500 pessoas disputaram as 24 vagas oferecidas – concorrência de 20,8 por 1. Além de financiar a qualificação, a Tractebel também disponibilizou aos participantes o estágio, iniciado em setembro na Usina São Salvador.

“A Tractebel Energia, alinhada à sua missão, de ser de modo sustentável a melhor empresa de energia do Brasil, buscou a parceria junto ao Senai no intuito de fomentar o desenvolvimento da comunidade local”, explica Marcelo Oliveira da Silva, gerente da Usina São Salvador. “Entendemos que a iniciativa seja uma ótima oportunidade para a companhia, que em demandas futuras poderá contar com mão de obra qualificada na região e para os alunos, que após a capacitação técnica ampliam suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho”, acrescenta.

Para o prefeito de Palmeirópolis, Fábio Pereira Vaz, a implantação do curso técnico no município foi uma oportunidade ímpar para a população. “Temos mercado de trabalho garantido na região para os profissionais formados. A parceria com uma instituição de renome como o Senai também dá credibilidade à iniciativa”, diz.

Diretor da Unidade Integrada Sesi Senai Sama, Josué Teixeira de Moura conta que a estruturação de um curso fora do Estado foi um bom desafio. “Já mantemos parceria com a Tractebel na qualificação e no aperfeiçoamento de profissionais para a Usina Cana Brava. Atender à demanda da empresa em Palmeirópolis foi um passo natural e importante para a valorização da mão de obra da região.”

“VINDA DO SENAI FOI UM MARCO”

A habilitação técnica em eletromecânica começou no dia 1º de setembro de 2011. Durante a solenidade de conclusão da etapa escolar, realizada no dia 23 de agosto, o aluno José Carlos Ferreira, de 29 anos, destacou a importância da formação técnica para seu crescimento profissional. “A região não oferecia oportunidades de qualificação. A vinda do Senai foi um marco para o município. Com o curso, teremos melhores condições de disputar uma vaga na própria empresa ou em outra indústria. O importante é que o conhecimento adquirido é uma porta aberta para o emprego”, valorizou.

Morador de São Salvador, Thiago Rodrigues, de 30 anos, enfrentou todos os dias 42 quilômetros de estrada para assistir às aulas à noite em Palmeirópolis. Funcionário concursado dos Correios, ele deixou o emprego para se dedicar ao estágio na Usina São Salvador. “O esforço valeu muito a pena, o Senai apareceu na hora certa para mim. Com o diploma de técnico nas mãos, não tenho medo de enfrentar o mercado, porque a instituição é respeitada pelo segmento industrial”, observou.

FORMAÇÃO DE QUALIDADE

Proprietário de um lavajato em Palmeirópolis, Bruno Rafael, de 20 anos, também teve de se dividir entre a habilitação técnica em eletromecânica e a administração do negócio. “Sempre quis me qualificar, mas para isso teria de sair da cidade. O curso foi uma oportunidade de crescimento profissional para os moradores. Tivemos aulas com professores de alto nível, que se deslocavam de Minaçu para trazer o conhecimento até nós.”

Uma das três mulheres que integram a turma da habilitação técnica em eletromecânica, Arlete Araújo, de 23 anos, contou que gostou tanto do curso que o faria novamente. “Não foi fácil, o processo seletivo foi muito disputado, também trabalhava o dia inteiro como auxiliar administrativa e fazia o curso à noite, mas fui recompensada com uma formação técnica de qualidade. Agora pretendo seguir carreira na área”, disse.



UMA FÁBRICA DE TALENTOS

Prêmio IEL de Estágio destaca projetos com resultados econômicos, ambientais e humanos. Nova categoria leva empresas ao palco

Célia Oliveira

Ato educativo em campo prático, o estágio visa à preparação para o mundo do trabalho de estudantes que estejam frequentando o ensino regular e se converte para os envolvidos – aluno, empresa e instituição de ensino – em soluções que geram benefícios múltiplos e mudam realidades de organizações e pessoas.

Por nove anos consecutivos, o Prêmio IEL de Estágio revela talentos, futuros profissionais que, enquanto estudantes em seus estágios, de-

safiaram a si próprios e alcançaram resultados em processos e/ou produtos nas indústrias e empresas que os receberam.

Ao identificar e divulgar as melhores práticas de estágio desenvolvidas no Estado, a iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) estimula nos estudantes a boa formação e a busca por diferenciais para uma vida profissional de excelência. A cada edição, a promoção evidencia que, por meio do longo caminho entre teoria e prática, é possível se chegar a interessantes e aplicáveis resultados.

Diante da relevância adquirida pelas questões ambientais no contexto industrial do século 21, Leonardo Cavalcante Nunes, estudante de Engenharia Ambiental na Universidade Federal de Goiás (UFG), aplicou na Heinz Brasil iniciativa de caráter sustentável. O projeto Aperfeiçoamento no Tratamento Biológico nas Lagoas de Estabilização e Fossas Sépticas conquistou o primeiro lugar no prêmio IEL, categoria Grande Empresa. Com a utilização de novas tecnologias em estudo, o volume de lodo será reduzido, o que vai retardar o período de limpeza e bombeamento das lagoas.

“Ao inscrever em prêmios como esse, a gente almeja um melhor resultado.”

Leonardo Cavalcante Nunes, estudante de Engenharia Ambiental, 1º lugar no Prêmio IEL de Estágio, categoria Grande Empresa



Além do ganho econômico com redução significativa de custos de manutenção, de acordo com a supervisora do estagiário, Wanessa Résio, o projeto apresentou soluções ambientais sustentáveis, com facilidade operacional e

contribuições para aperfeiçoar a qualidade do efluente final. “Para mim foi satisfatório colocar em prática os conhecimentos que eu tenho aprendido na universidade”, comenta Leonardo Nunes.

UMA ECONOMIA MILIONÁRIA

Na categoria Média Empresa, o destaque foi Amanda Leão Dias, estudante de Engenharia de Alimentos na UFG, estagiária na GSA-Gama Sucos e Alimentos Ltda., vencedora com o projeto Redução de Lipídeos do Macarrão Instantâneo. “Quando entrei no estágio, minha supervisora me colocou para andar em toda a indústria e identificar as não-conformidades. Relatei que o macarrão tinha um grande consumo de óleo no túnel fritador e observei que, ao fazer o macarrão, este acumulava grande quantidade de glóbulos de gordura. Então iniciamos as análises para este projeto”.

A iniciativa gerou benefícios ao consumidor final, ao tornar o produto mais saudável por reduzir o teor de gordura de 20,33% para 16,6%, o que representa diminuição de 3,73%. A indústria obteve ganho duplo ao diminuir gastos com matéria-prima e óleo para fritar o macarrão e gerar menos resíduos.

O projeto rende à empresa uma economia anual de mais de R\$ 1 milhão.

“O projeto da Amanda teve vários impactos positivos na empresa, mas na minha vida profissional também foi uma vitória. Saber que pude contribuir na vida de um estagiário é muito gratificante”, ressalta Lilian Soares, supervisora da estagiária.

“Considero-me mais apta para encarar o mercado de trabalho, que está muito competitivo”

Amanda Leão Dias, estudante de Engenharia de Alimentos na UFG, estagiária na GSA-Gama Sucos e Alimentos, vencedora com o projeto Redução de Lipídeos do Macarrão Instantâneo



PADRONIZAR PROCESSOS, O DESAFIO

Em seu primeiro estágio, Alessio Abreu dos Santos abraçou o desafio de padronizar os processos de produção da Maktractor Distribuidora de Peças para Tratores Ltda. Estudante de Engenharia de Produção na Universidade Salgado de Oliveira (Univero), ele foi o único vencedor da categoria Pequena Empresa, com o projeto Padronização do Processo de Produção em Implantação

das Normas ISO 9001:2008.

O plano de Alessio contemplou todas as áreas da empresa, gerando resultados positivos. Com a implantação dos sistemas de padronização dos processos, a Maktractor decidiu buscar a certificação ISO, destaca o estagiário, que considera o prêmio grande motivação para se dedicar na busca e absorção de novos conhecimentos.

“É NORMAL SER DIFERENTE”, PROJETO DE INCLUSÃO

Na categoria especial Sistema Fieg, a vencedora foi Denise de Souza Roberto, estudante de psicologia na Universidade Norte do Paraná (Unopar). Estagiária na Escola Sesi Campinas, ela aplicou o projeto de inclusão *É Normal ser Diferente*, com foco na integração de um aluno surdo, que mudou para melhor toda a realidade da unidade de ensino.

“Eu cheguei no Sesi Campinas como intérprete de Libras (Língua de Sinais) de um aluno que se sentia muito isolado. Ele ficava quietinho no canto porque não se comunicava com os demais alunos. Então, surgiu a ideia de fazer um projeto de ensino da Libra para os demais alunos para que aquele aluno especial também se sentisse parte do grupo”, conta Denise.

A mudança de percepção e a desmistificação da surdez, em meio aos alunos e à equipe da instituição, foi observada por meio do interesse dos “normais” em aprender a nova língua para se comunicar com os “diferentes” e promover a integração destes no seio escolar. Segundo a estagiária, muitos resultados foram alcançados, sobretudo a integração do aluno especial com os colegas por meio do rompimento da barreira de comunicação. “Isso também facilitou o processo de ensino-aprendizagem.”

Hoje, os alunos da unidade recebem formação para a vida e para cidadania ligada ao respeito às diferenças e ao real acolhimento do colega “diferente” ali matriculado. Cerca de 80 alunos aprendem a se comunicar com pessoas surdas por meio da linguagem de sinais, o que provocará reflexo positivo na comunidade.

“Estamos orgulhosos por ter uma estagiária que realmente comprou uma demanda real que existia dentro da instituição. A disciplina optativa de Libras foi um projeto de estágio que realmente conseguiu mudar a percepção de alunos e professores e criar um novo ambiente dentro da escola”, comemora a supervisora Mariana Mesquita.



Denise de Souza Roberto: projeto ajuda a romper a barreira da comunicação

VEZ ÀS EMPRESAS

A novidade do Prêmio IEL nesta edição foi a inclusão de empresas que, por meio do estágio, contribuem para a qualificação de estudantes. “A decisão da empresa em se abrir para o estágio possibilita a muitos jovens mostrar e esculpir seus talentos dia a dia”, assegura o superintendente do IEL Goiás, Humberto de Oliveira. Para ele, a empresa, ao participar do prêmio, amplia a evidência no mercado por sua responsabilidade social e seus bons exemplos. Por boas práticas de estágio, a LG Informática e a EBM Incorporações foram homenageadas pelo IEL Goiás. O concurso também premiou o melhor supervisor de estágio: Lilian Xavier Soares, da GSA-Gama Sucos e Alimentos. O professor Aldemi Coelho Lima, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), foi eleito o melhor orientador.

O prêmio teve como patrocinadores a Capemisa e o Sebrae/GO. Apoio do Sesi, Ambev e Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte/Secretaria de Educação do Estado de Goiás, com a Orquestra de Sopros e Percussão do Cerrado.

Prêmio IEL de Estágio 2013 >>

Categoria Pequena Empresa

Posição	Aluno	Empresa	Projeto	Instituição de Ensino
1º	Alessio Evany Abreu dos Santos	Maktractor Distribuidora de Peças para Tratores Ltda	Padronização do Processo de Produção da Maktractor Comércio e Serviço em implantação das Normas ISO 9001:2008	UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira / Eng. de Produção

Categoria Média Empresa

1º	Amanda Leão Ferreira Dias	GSA - Gama Sucos e Alimentos Ltda	Redução de Lipídeos do Macarrão Instantâneo	UFG / Eng. de Alimentos
2º	Mariana Marques Teixeira	AMBEV - Companhia de Bebidas das Américas	Avaliação da Composição do Lodo de Estação de Tratamento de Efluente de Cervejaria e Identificação de Condicionantes Para Uso Agrícola	UFG / Eng. Ambiental
3º	Cinthia Menezes de Assis	GSA - Gama Sucos e Alimentos Ltda	Otimização do Processo de Refresco em Pó	UFG / Eng. de Alimentos

Categoria Grande Empresa

1º	Leonardo Cavalcante Nunes	Heinz Brasil S/A.	Aperfeiçoamento no Tratamento Biológico em Lagoas de Estabilização – ETE e Fossas Sépticas	UFG / Eng. Ambiental
2º	Rhanielo Silva Sousa	USE Móveis para Escritório Ltda	Seleção Responsável A Humanização nas Relações de Trabalho e a consequente Redução das Demandas Trabalhistas	ALFA / Psicologia
3º	Fabiana Côrtes Borges	Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A.		PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás /Direito

Categoria Sistema Fieg

1º	Denise de Souza Roberto	Sesi – Serviço Social da Indústria	É Normal Ser Diferente	UNOPAR - Universidade Norte do Paraná/ Pedagogia
----	-------------------------	------------------------------------	------------------------	--



Depois das aulas: sociedade limitada vai prestar serviços de facção para grandes indústrias, a exemplo da Hering

DA SALA DE AULA PARA O PRÓPRIO NEGÓCIO

Ex-alunos dos cursos de capacitação em costura industrial e modelagem têm apoio da prefeitura e do Senai para montar núcleo de produção na cidade

Janaina Staciaroni

Desde 2010 o Senai fomenta, em parceria com a prefeitura municipal, o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) em confecção na cidade de Corumbá de Goiás, no Entorno do Distrito Federal.

O projeto já rendeu bons frutos, como capacitação em costura e modelagem, visitas técnicas e inserção no mercado de trabalho. No âmbito da parceria, o Senai e a prefeitura estão apoiando concluintes da capacitação na formação de

uma sociedade limitada para prestação de serviços de facção para grandes indústrias, a exemplo da Hering, primeira beneficiada.

Claudio Schwareder, gerente da Hering em Goiás, afirma que a constituição da empresa em Corumbá será de grande valia, especialmente devido à proximidade com Anápolis, onde a indústria atua. “Temos facções que ficam a 400 quilômetros daqui (de Anápolis), então é do nosso total interesse que dê certo aqui mais perto. Com certeza, não vai faltar trabalho”, diz.

Jair Rizzi: oportunidade excelente para capacitação de mão de obra para a indústria de confecção



PARCERIAS PARA O SUCESSO

Presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi, elogia o projeto. “A capacitação de mão de obra desta forma é excelente, pois já tivemos essa experiência aqui na nossa cidade e foi muito positiva. A Hering é bastante exigente com seus prestadores de serviço, por isso a importância da participação do Senai neste cenário”, diz. Ele aposta nas chances de o negócio evoluir. “O setor de vestuário em Anápolis, assim como em todo o Estado, está em crescimento. Temos a vantagem de ter as atividades da empresa Hering concentradas aqui.”

Outro entusiasta do projeto é o prefeito de Corumbá de Goiás, Célio Fleury: “Essa confecção tem tudo para dar certo porque já está começando totalmente equipada”, diz. A prefeitura colocou à disposição um contador para fazer a parte burocrática de abertura de empresa e tirar dúvidas dos interessados em participar, sem custo nenhum para os integrantes. Tudo bancado pelo município.

INVESTIMENTO DE R\$ 210 MIL

Na segunda etapa do APL de Confecção de Corumbá de Goiás, já foram investidos recursos da ordem de R\$ 210 mil, com capacitação de 57 pessoas nos cursos de costureiro industrial de confecção e modelagem e corte, cada um com 160 horas. Para complementar o processo de capacitação, foi feita uma visita técnica à Polidinâmica, uma facção da Hering na cidade de Deuslândia, localizada a aproximadamente 50 km de Goiânia e 45 km de Anápolis, para que alguns dos alunos conhecessem in loco um empreendimento similar ao que foi instalado em Corumbá.

Para Paulo Henrique Peixoto de Oliveira, egresso do curso de costura industrial, “a empresa trará empregos e um grande ganho tanto para quem tiver interesse em participar dela quanto para a cidade, que pode atrair outras indústrias que queiram investir em nós.” Ele ressalta a importância do conhecimento da realidade de uma facção já montada: “A visita me fez ver a realidade por dentro, eu me senti inspirado ao ver a união das meninas de Deuslândia”, disse. Paulo já tinha alguma experiência com a área de costura, paixão que herdou da mãe. “Eu sempre fiz minhas roupas e nunca imaginei que um curso pudesse me abrir tanto os olhos. Vi novas

técnicas, aprendi coisas novas e agora quero ganhar dinheiro com isso.”

Nove egressos dos cursos do Senai participaram da visita, dirigida pela gestora da Polidinâmica, Valdílizia Moura Gomes. Ao todo, 11 pessoas integram o projeto da empresa, denominada CRB Confecções, em homenagem à cidade de Corumbá. Até dezembro, o Senai prestará assistência técnica e tecnológica à confecção.

MÁQUINAS PARA TODOS

Para que os futuros empreendedores coloquem a mão na massa sem nenhum aperto, 22 máquinas de costura já estão à disposição deles. Parte delas foi cedida pela prefeitura e o Senai fez toda a instalação elétrica e de bancadas. Somadas às 20 máquinas de costura cedidas pelo município, o Senai investiu mais cerca de R\$ 20 mil na aquisição de uma Travete Eletrônica (para tecidos médios e pesados) e uma JD Pneumática, que faz barra em mangas e no cós de peças de roupas de malha, além de remover as rebarbas de linha e tecido.

OS PRIMEIROS FRUTOS

Implantação de sistema de gestão permitirá maior controle da qualidade no processo produtivo de empresas de menor porte em Catalão

A indústria automotiva de Goiás já começa a ver resultados do convênio CNI/BID (Confederação Nacional da Indústria/Banco Interamericano de Desenvolvimento), com a execução da segunda etapa dos projetos de Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) e Balanced Scorecard (BSC).

O objetivo maior deste convênio é contribuir para o desenvolvimento das quatro localidades de atuação do programa (Espírito Santo, Acre, Goiás e Pernambuco – cada um em um segmento), melhorando a competitividade e a inserção internacional das empresas a partir de uma gestão público-privada.

Além disso, visa desenvolver um modelo de ação integrada das entidades do Sistema Indús-

tria, a exemplo do Senai, executor do projeto, em parceria com atores regionais, empresariais e institucionais, públicos e privados, para contribuir na promoção das vantagens competitivas dos territórios identificados e, sobretudo, de micro, pequenas e médias empresas consideradas estratégicas.

Em Catalão, sudeste do Estado, a meta é preparar empresas para se tornarem fornecedoras de bens e serviços para companhias âncoras da cadeia automotiva. A implementação do SGQ resultará em controle e garantia da qualidade de seus produtos, por meio de uma sistemática de gerenciamento de seus processos organizacionais. Nesta etapa, foram investidos recursos da ordem de R\$ 93 mil.

Ribas Clayton e Robson Solane, da BUG: treinamento e especialização para criar um novo diferencial frente à concorrência

NO RITMO DAS MUDANÇAS

Uma das empresas beneficiadas com o SGQ é a BUG Controle de Vetores e Pragas Urbanas, que atende residências, hospitais, escolas, indústrias e empresas de grande porte de vários segmentos, desde o metalmeccânico ao de mineroquímico, em Catalão e outros Estados. De acordo com o diretor comercial, Robson Solane da Costa, a decisão de participar do projeto veio da necessidade de passar seriedade e comprometimento aos seus clientes.

“Com a visão de ter sempre um diferencial em nosso segmento, batíamos de frente com a falta de treinamentos e especializações que nos atendessem e nos preparassem para ostentar algo que proporcionasse tranquilidade e segurança aos nossos clientes quando solicitados nossos serviços”, admite Costa. Ele lembra que a em-



presa já havia sido qualificada em um Programa de Qualificação de Fornecedores do Sebrae mas, por uma busca incessante de novas melhorias, não parou por aí. “Então quando fomos convidados a participar do SGQ (Sistema da Gestão da Qualidade) que atenda à ISO 9000, subsidiado pelo CNI/BID para algumas empresas em Catalão, não pensamos duas vezes.” Ele ressalta ainda que as mudanças neste ramo de atividade são constantes e necessárias e por isso o gestor deve estar sempre atento às normas e regulamentações exigidas pelos órgãos de fiscalização e vigilância. “Buscamos aprimorar e diferenciar a nossa empresa no segmento em favor dos nossos atuais e futuros clientes. O processo é longo e demorado, mas sempre na persistente e incansável busca no diferencial da qualidade”, complementa.

UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Outro empresário beneficiado com o SGQ é Crystian Gonçalves de Andrade, da IFutura, que oferece cursos de qualificação profissional, informática e inglês e logo passará a ministrar também cursos técnicos e de pós-graduação. Ele espera, ao final, obter a certificação ISO 9001. “Aqui, na IFutura, esperamos profissionalizar nosso sistema interno de qualidade, uma vez que, pela nossa experiência, a adoção de padrões de trabalho e acompanhamento de índices de performance é o que, muitas das vezes, faz a diferença na sobrevivência ou não de uma empresa no mercado”, afirma.



Crystian Andrade, da IFutura: expectativa de profissionalizar sistema interno de qualidade

DA PRANCHETA PARA A PRÁTICA

Quatro empresas participam da implantação do Balanced Scorecard (BSC), ferramenta de medição e gestão de desempenho. Seu principal objetivo é alinhar o planejamento estratégico com as ações operacionais da empresa. A segunda fase, em andamento, consiste na coleta de dados para conhecer a realidade empresarial da região, com investimento de R\$ 111 mil.

Os dois projetos fazem parte do convênio CNI/BID para desenvolvimento do setor industrial, financiado por meio do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). Eles fazem parte do Programa de Apoio à Iniciativa de Competitividade Local, criado em 2009 com o objetivo de estimular a colaboração pública e privada para desenvolver setores estratégicos em quatro regiões brasileiras.

O BID E O FUMIN

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é o maior financiador multilateral da América Latina e Caribe. É detentor do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), que tem por missão apoiar soluções sustentáveis. Seu foco é o desenvolvimento territorial.

Setores contemplados>>

Quatro setores foram selecionados para servirem como piloto do programa.

- APL do setor de rochas ornamentais, em Cachoeiro do Itapemirim (ES)
- APL do setor de madeira e móveis, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC)
- Setor automotivo, em Catalão e Anápolis (GO)
- Setor metalmeccânico e material elétrico, no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE)

COUNTRY ATÉ PARA BEBÊS

Goyazes acrescenta novos produtos a seu portfólio e prepara-se para lançar botas exclusivas para os pequeninos, em cores diferenciadas e com cheiro de chicletes

Nos últimos três anos, a Goyazes, fabricante goiana de calçados instalada no polo industrial de Goianira, na Região Metropolitana de Goiânia, dobrou sua produção diária, ganhou escala e conseguiu reduzir seus custos unitários de produção. Nesse intervalo, incrementou seu portfólio de produtos, agregando uma linha country que assegurou à indústria posição de liderança neste segmento no País, segundo o empresário Flávio Ferrari, dono da empresa. “Há um espaço grande para crescermos no País e na América Latina. O country não é uma onda passageira e veio para ficar como tendência também no mercado de calçados”, avalia.

Desde sua criação, há sete anos, a empresa decidiu apostar na produção de botas com couros exóticos e design diferenciado, agregando a suas linhas peles de jacaré, cobra, elefante, ar-

raia, avestruz, lagarto, javali e até tubarão, entre outras. “Só trabalhamos com couro legalizado e com certificação de origem reconhecida pelos órgãos ambientais”, declara Ferrari.

Ele conta que a linha country da Goyazes foi escolhida como a bota oficial da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos. A próxima coleção outono/inverno de 2014 será lançada durante a feira de calçados Zero Grau, a ser realizada em Gramado (RS), entre os dias 18 e 20 de novembro, incluindo novos modelos de botas e botinas, que passam a incorporar uma palmilha de gel antiestresse importada de Las Vegas (EUA). A proposta é atender aos públicos feminino, masculino e infantil.

“Nossas botas exibem um trabalho muito detalhado em couro, com adereços que tornam o produto mais atraente”, diz Ferrari. O diferencial, acrescenta, está no “cuidado esmerado com a qualidade final e na embalagem, com atendimento diferenciado ao cliente. Isso explica por que tem dado certo”. Até dezembro, a Goyazes vai apresentar ao mercado uma linha de botas desenvolvida exclusivamente para bebês, com numeração de 17 a 22, com cores específicas e cheirinho de chicletes no solado.

O produto vai permitir que a empresa aproveite quase integralmente as sobras do couro utilizado na produção de calçados para adultos, que normalmente seriam descartadas pela indústria. Além de contribuir para a redução de custos, com otimização do uso de insumos, a linha para bebês vai evitar o desperdício de matéria-prima, que deverá agregar um apelo ambientalmente correto ao produto.

Com produtos colocados em mil lojas no País, a Goyazes tem planos para, no próximo ano, expandir sua atuação para Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, únicos Estados onde a empresa ainda não tem representantes.

Ferrari e seus produtos: linha country escolhida como a bota oficial da Festa do Peão de Barretos



A FÁBRICA DE LIVROS

Editora Kelps consolida sua presença no mercado livreiro, contribuindo para “democratizar a cultura literária”, segundo o empresário Antônio Almeida

A Editora Kelps, batizada como Pirâmide Artes Gráficas em seu nascimento, há 30 anos, numa pequena sala em Aparecida de Goiânia, na residência do senhor João Balduino e dona Joana, pais de Antônio de Sousa Almeida e Waldecy de Almeida Barros, criadores da gráfica, preparava-se para enfrentar novos desafios. Instalada desde 1985 na Rua 19 no setor Marechal Rondon, em Goiânia, a editora deverá transferir sua sede para um espaço mais amplo em Senador Canedo ou Goianira. “Não temos mais para onde crescer”, observa Antônio Almeida, atual 3º vice-presidente da Fieg.

Os planos incluem a construção de um novo galpão com mil metros quadrados de área, a um custo estimado de R\$ 500 mil, e a aquisição de máquinas novas e mais modernas, o que exigirá um desembolso adicional de mais R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões. Se tudo correr conforme planejado, as obras começam no final deste ano.

“Já temos duas áreas definidas nos polos industriais de Senador Canedo e de Goianira e vamos escolher aquele que dispor de infraestrutura pronta”, define Antônio Almeida. Hoje, a gráfica está instalada numa área de 600 metros quadrados, empregando 53 funcionários de forma direta. A Kelps especializou-se na confecção de livros e consolidou sua presença no mundo literário, produzindo atualmente perto de 100 títulos por mês para todo o País, num trabalho de “democratização da cultura”, nas palavras de Antônio Almeida. A empresa criou e desenvolve os programas Goiânia em Prosa e Verso e Anápolis em Prosa e Verso, apoiando estrea-



Antônio Almeida e uma das primeiras impressoras: nova sede começa a ser construída no final deste ano

tes e autores já renomados, numa “contribuição para a arte literária no Estado e no País”, reforça. Na época da criação da empresa, Antônio Almeida era funcionário da Gytoku, cerâmica de Suzano, em São Paulo. Waldecy, seu irmão, trabalhava numa gráfica em Goiânia, e o dono da empresa decidiu vender uma impressora. Os irmãos toparam o negócio e compraram a máquina em 10 prestações. Na verdade, desde sua criação, a empresa tem se dedicado à produção e impressão de livros. Em 1983, ainda como Pirâmide, a gráfica teve como primeira cliente a empresária Ângela Sebba, diretora da Sicomol. O primeiro livro impresso pela gráfica, do médico e escritor Ademir Hamú, sob o título Travessia de Gente Grande, foi lançado em novembro daquele ano. Em 1985, a empresa foi transferida para Goiânia e os irmãos José e Ademar de Almeida Barros juntaram-se à empreitada.

No final dos anos 1980, por sugestão do escritor Bariani Ortêncio, a editora ganhou o nome atual, que deveria ser, no entanto, Quéops, referência à maior e mais antiga das três pirâmides construídas pelos faraós na província de Gizé, no Egito. Mas seu contador então, num engano, registrou a empresa como Kelps.



Joias

A Feira de Joias, Artesanato Mineral e Pedras Preciosas de Cristalina (Fecris) movimentou recentemente a cidade goiana do Entorno do Distrito Federal, famosa por seus cristais. O evento, realizado desde 2004 pela Associação dos Artesãos de Cristalina, reuniu 30 expositores e cerca de 70 artesãos, ourives e empresários do projeto Arranjo Produtivo Local (APL) de Minerais e Cristais, executado pelo Senai.



Bibe

Tharsis Paranhos de Assis, Adriana Paranhos de Assis, Maria Thereza Paranhos de Assis e João Messias Assis (da esquerda para direita). O quarteto, proprietário da Bibe, indústria goiana de vestuário infantil cujos produtos de algodão egípcio e proteção solar são destaques fora de Goiás, mostrou suas novas criações na inauguração da primeira filial da Vilarô, de Virgínia Abreu, a Telinha, e sua filha Roberta Abreu Cavarsan (à direita).



Palestra

Olympio José Abrão (Plastigel), presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado de Goiás (Simplago), recebeu no início de setembro em Goiânia o empresário Paulo Roberto (Plastifica), de Belo Horizonte. O industrial mineiro ministrou a palestra Formação de Preço e Cálculo de Custos para associados da entidade.



Música clássica

Francisco Alcanfor Filho (Cal Engenharia), durante a segunda edição do projeto Música Clássica no Coração do Brasil, no Teatro Sesi. Ao lado da idealizadora do projeto, a pianista Mirian Camelo, o empresário comemorava o sucesso do evento no qual é apoiador desde a primeira edição. A noite musical, dia 5 de setembro, teve como estrela o pianista russo André Korobeinikov, considerado um dos mais brilhantes solistas da Europa.





Novos negócios

Diretores da finlandesa Piiliset-Finnsusp visitaram as instalações do Teuto, em Anápolis, onde foram recebidos pelos diretores Elisamar Costa, Ítalo Melo, Pedro Mendonça, Albano Patrocínio, Wanessa Ribeiro, Elaine Rezende, Sergio Santamaria e Walterci de Melo. A empresa, em parceria com o Teuto, é responsável pela produção do Bio Soak. O produto, que já é sucesso em todo o Brasil, apresenta uma solução multiação, utilizada para limpeza e desinfecção de lentes de contato gelatinosas. A parceria é mais uma iniciativa dentro da estratégia de novos negócios do Teuto para buscar novos produtos capazes de agregar valor ao portfólio da empresa e incrementar os resultados.



Sustentabilidade

Roberto Evangelista da Silva, Gerson Pinheiro Pimenta, Marcelo Nunes Cunha (Benfatto) estrearam participação na Mostra Morar Mais Por Menos, que prega conceitos como sustentabilidade, brasilidade e inclusão social. A indústria goiana de móveis do trio desenvolveu dois dos 29 ambientes da sexta edição do evento, que ocupou em setembro um casarão de 1,8 mil metros construídos, no Jardim América, e contou com o trabalho de mais de 50 arquitetos, designers, paisagistas e decoradores.



Ibape

O engenheiro civil Rogério César Soares (Oliveira Leite Construtora e Incorporações) se divide agora entre Goiânia e Brasília. Na capital federal, ele atua também como conselheiro fiscal do Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícia (Ibape), presidido por Wilson Lang. Uma das importantes frentes de trabalho da entidade este ano será uma campanha junto a fóruns para esclarecimento a juízes e magistrados sobre a importância da convocação do engenheiro e do arquiteto para a realização de laudos periciais e avaliação de edificações diversas.



Prêmio Aquino Porto

O livro *Da Carpintaria à Automação Industrial*, de autoria dos jornalistas Deire Assis e Dehovan Lima, com projeto gráfico e diagramação de Jorge Del Bianco, venceu duplamente (nas categorias Gráficas e Agências) o 9º Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica, o maior do gênero no Centro-Oeste. O Sistema Fieg foi premiado ainda com peça publicitária do Festival Sesi Canta Cerrado, da designer Thatyane Mendonça, da Assessoria de Comunicação. Na foto, os presidentes do Sigego, Antônio Almeida, e da Fieg, Pedro Alves Oliveira, entregam o prêmio a Geraldo Neto e Dehovan Lima, da Ascom, na Casa da Indústria.





Represa da usina de Furnas, no Rio Paranaíba: relevância econômica e ambiental para Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal

NOVOS RUMOS PARA A ÁGUA

Indústria quer influir na destinação dos recursos que serão arrecadados com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos para assegurar eficiência em sua aplicação

Nathalya Toaliari

Os reflexos da aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paranaíba e os desafios para a sua implantação estão na pauta da indústria goiana. Elaborado entre 2010 e 2013, o plano, que se constitui em um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, foi recentemente concluído e aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba), durante reunião na Casa da Indústria, em Goiânia-GO.

Isso significa que, a partir de agora, será im-

presso um novo ritmo à gestão de águas dessa bacia. Entre os vários pontos estabelecidos pelo documento – como diagnóstico da situação dos recursos hídricos do Rio Paranaíba, medidas e ações a serem tomadas para o atendimento das metas previstas, prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos e propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso para a proteção da água –, a questão mais importante para o setor industrial é a definição das diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso da água.

“O setor apóia a cobrança, considerando que o

objetivo dos recursos arrecadados é de investimento na própria bacia. Mas a preocupação é com a eficiência dessa aplicação”, afirma a assessora executiva do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, Elaine Farinelli. Ainda não há prazos definidos para que a cobrança seja iniciada, mas o setor já se prepara para as mudanças que estão por vir. A Fieg tem se

articulado, junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI), para esclarecer ao industrial as principais diretrizes do documento, seus mecanismos de gestão e caráter desenvolvimentista, além de ressaltar a importância da participação do empresariado no processo e contribuir para a atuação da nova diretoria do CBH Paranaíba, a qual integra.

ALCANCE E RELEVÂNCIA

O rio Paranaíba apresenta extensão de 1.008 quilômetros até sua foz, sua bacia hidrográfica possui 222.767 quilômetros quadrados, recebendo, em seu percurso, águas de quatro unidades da federação: Minas Gerais, onde estão suas nascentes, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul. Ao todo, abrange 197 municípios e situa-se estrategicamente no contexto nacional: está entre o Triângulo Mineiro, polarizado pela cidade de Uberlândia, e as grandes capitais Goiânia e Brasília. A população da região é de cerca de 8,5 milhões de habitantes, sendo aproximadamente 92% em áreas urbanas.

De acordo com levantamentos do comitê, a bacia vem apresentando um expressivo desenvolvimento nos últimos anos, consolidando-se como um importante eixo logístico, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e também como uma fronteira agrícola em franca expansão, em especial para a produção de grãos e café, ao qual se associa uma forte agroindústria, associada principalmente à cadeia da cana-de-açúcar.

Diversas atividades industriais têm destaque na Bacia do Paranaíba, como as unidades de beneficiamento de bens minerais, especialmente concentradas nas cidades de Araxá, Patos de Minas e Uberlândia – em Minas Gerais –, e Luziânia – em Goiás. De acordo com os levantamentos do comitê, outro grupo fabril relevante é o de produtos alimentícios, com destaque para a indústria de carne bovina. Há, ainda, concentração industrial em torno de Goiânia e Anápolis, em Goiás.



Reunião de criação do Comitê da Bacia do Paranaíba: região consolida-se como importante eixo logístico

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Os Planos de Recursos Hídricos (PRHs) são instrumentos previstos pela Lei das Águas de 1997, visam orientar a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e as ações de gestão das águas no território da Bacia Hidrográfica. Como instrumento de planejamento, apresentam um conjunto de planos e programas associados a metas de curto, médio e longo prazos, que têm como objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água e promover o uso múltiplo das águas.

O PRH possui papel orientador no estabelecimento das diretrizes de aplicação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos: outorga, enquadramento, cobrança e sistema de informações. A elaboração dos PRHs, conforme prevê a Lei das Águas, deve ser realizada de forma participativa com o envolvimento da sociedade.

giro pelos sindicatos»»



»» FIEG REGIONAL

Dia do empresário

Os sindicatos regionais de Anápolis e a Fieg realizaram, no dia 3 de outubro, no salão de festas do Sesi Jundiá, o Dia do Empresário da Indústria de Anápolis, com uma programação especial que incluiu palestra do consultor, coordenador do Grupo Técnico de Relações Trabalhistas e Sindicais da Associação Brasileira de Alumínio (Abal) e membro do Conselho de Emprego e Relações de Trabalho da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio), Daniel Violante. Com a participação das principais lideranças empresariais e políticas do Estado, o evento teve como foco a promoção da competitividade da indústria a região, além da divulgação da atuação dos sindicatos e das entidades do Sistema Fieg. Violante falou sobre a gestão das relações do trabalho como caminho para ampliar a produtividade e a competitividade da empresa.

»» SINDALIMENTOS

Mobilização pela terceirização

Vice-presidente da Fieg e presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), o empresário Wilson de Oliveira, acompanhou de perto em Brasília, no dia 7 de agosto, a movimentação feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), para sensibilizar deputados e senadores sobre a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que dispõe sobre a regulamentação do trabalho terceirizado. De acordo com Oliveira, a regulamentação da terceirização é fundamental para garantir competitividade da indústria nacional, seguindo tendência mundial. No mesmo dia, José Paulo Tinazo, diretor do sindicato, esteve na Casa da Indústria representando a entidade, numa reunião de trabalho com o governador Marconi Perillo.



Governo itinerante

A edição do programa Governo Junto de Você, em Anápolis, foi marcada pelo anúncio de novas obras para o município. Realizado entre os dias 18 a 21 de julho, o evento contou em sua abertura com a presença do governador Marconi Perillo, do prefeito da cidade, Antônio Gomide, dos presidentes da Fieg, Pedro Alves de Oliveira e da Fieg Regional Anápolis, Ubiratan da Silva Lopes (na foto com o governador), além dos presidentes dos sindicatos das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Álvaro Maia; das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi; das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Ivan da Glória; das Indústrias de Alimentação de Anápolis, Wilson de Oliveira (SindAlimentos); e Itair Nunes, representando o presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO), Henrique Morg. Na ocasião, foram anunciados o início das obras do Anel Viário do Daia e do Centro de Convenções. Foi ainda assinado protocolo de cessão de uma área para a empresa Valec, para a implantação do pátio de operações, obra essencial para o funcionamento da Ferrovia Norte-Sul.

»» SINDIFARGO

Importação e parcerias

Em julho, o embaixador da Argélia no Brasil, Djamel Eddine Bennaoum e o ministro conselheiro da embaixada, Abdelhamid Rahmani, estiveram em Anápolis com o presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares. A Argélia tem interesse em importar medicamentos, principalmente genéricos, pois Anápolis é o segundo maior produtor neste segmento no País, e também sonda a possibilidade de estabelecer joint ventures e parcerias para implantação de indústrias naquele país.



» SICMA

Planejamento estratégico

O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) realizou em julho reunião para a readequação do planejamento estratégico da entidade, com a participação do consultor Hélder Mendes Ribeiro, do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Fieg. O presidente do Sicma, Álvaro Maia, agradeceu a presença dos diretores que participaram da reunião, colaborando com sugestões para o aperfeiçoamento das ações da entidade. Segundo observou, é fundamental que o sindicato aprimore o seu modelo de gestão, com novas ferramentas de trabalho visando o melhor atendimento aos segmentos que representa.

» SIMMEA

Capacitação para a Caoa

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea), Robson Braga, parabenizou a Faculdade de Tecnologia Fatec Senai “Roberto Mange” pela realização do curso de capacitação para os trabalhadores e instrutores da qualidade da CAO Montadora que atuam no setor Trim Shop (montagem dos veículos). Com duração de 40 horas, durante os meses de junho e julho, cerca de 160 colaboradores da fábrica passaram pela capacitação. “É importante que nossa mão de obra esteja atualizada para atender a demanda, ainda mais num setor competitivo e moderno como o automotivo”, destacou Braga.



» SINDICER/GO

Perspectivas do setor ceramista

O Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO) realizou em junho o seminário Ações e Perspectivas para o Setor Cerâmico em Goiás, no auditório João Bennio, na Casa da Indústria, em Goiânia, com a presença de empresários do setor e do presidente da Associação Nacional das Indústrias Cerâmicas (Anicer), Cesar Vergílio Gonçalves. O presidente do Sindicer/GO, Henrique Morg de Andrade, ressaltou que o evento trouxe uma série de assuntos relevantes para conhecimento e debate com os empresários ceramistas, relacionados à norma de segurança de trabalho em máquinas e equipamentos, o programa setorial de qualidade, a norma de tijolos, dentre outros. E agradeceu a todos os participantes e à equipe que trabalhou na sua organização.

» SIVA

Formação profissional

A parceria entre o Sistema Fieg e a prefeitura de Anápolis, que resultou na implantação do terceiro Centro de Formação Profissional (Conjunto Filostro Machado, Setor Industrial Munir Calixto e Recanto do Sol), está contribuindo de forma positiva para a formação e qualificação de mão de obra em vários setores e, em especial, para o de confecção. O presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi, observa que a descentralização é importante, pois dá oportunidade às pessoas de ingressarem nos cursos oferecidos e se prepararem melhor para o mercado de trabalho. O sindicato, destacou, tem sido parceiro do Senai e da prefeitura nos cursos voltados para a área de confecção. “Os resultados têm sido altamente positivos para o segmento, o que reforça cada vez mais essa nossa parceria”, salientou.

» SINDIPÃO

Excelência na gestão

Em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fieg e Sebrae, o Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás (Sindipão) apresentou aos empresários do setor a nova edição do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), durante seminário realizado em 14 de agosto, na Casa da Indústria. A proposta, segundo o presidente do sindicato, Luiz Gonzaga de Almeida, é atrair o maior número de empresas do setor para a implantação do Projeto de Excelência da Gestão da Qualidade na Panificação da Região Metropolitana de Goiânia.

giro pelos sindicatos»»



»» SINDUSCON E SECONCI

Novos presidentes

Um público de aproximadamente 300 pessoas, entre lideranças classistas, autoridades estaduais e municipais, representantes institucionais, dirigentes sindicais, empresários da construção e profissionais da engenharia prestigiou a cerimônia de posse conjunta das novas diretorias do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás e do Serviço Social da Indústria da Construção, realizada no dia 12 de agosto no Teatro do Sesi. O engenheiro Carlos Alberto de Paula Moura Júnior assumiu a presidência do Sinduscon-GO para a gestão 2013/2016, enquanto o engenheiro Jorge Tadeu Abrão foi empossado no comando do Seconci-GO. Após a solenidade, os convidados participaram de jantar oferecido no Clube Antônio Ferreira Pacheco. Na foto, ao centro e pela ordem, Carlos Alberto Moura e Jorge Tadeu Abrão, com o vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, à esquerda, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), Pedro Alves Oliveira.

»» SINDMÓVEIS-GO

Terceira etapa

O Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis) prepara-se para implantar o Plano de Comunicação da Indústria Moveleira, com o objetivo de padronizar todo o material de comunicação e marketing do setor, visando a terceira etapa do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi). Está prevista a participação de 25 empresas, que receberão consultoria especializada em mercado, assessoria para desenvolvimento de site e de toda a área de programação visual da empresa, incluindo design e embalagens, além de treinamento em ferramentas em plataforma web. Em parceria com a Fieg, o sindicato realizou ainda a ação Nossas Indústrias no Bairro Jardim Guanabara, em Goiânia.



»» SINDQUÍMICA

Treinamento

O Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica), presidido pelo empresário Jaime Canedo, e empresários do Arranjo Produtivo Local de Higiene Pessoal, Perfumes e Cosméticos (APL-GO/HPPC) promoveram, no dia 1º de agosto, treinamento com Samuel Guerra Filho (foto), fundador e CEO do Grupo Investiga. Formado em ciências biológicas e farmácia-bioquímica pela Universidade de São Paulo, Guerra Filho atuou também como pesquisador e gerente de pesquisas da Natura.

Mercado andino

No dia 12, na sede do Sindquímica, foi realizada reunião ampliada da Central de Negócios com a participação das empresas que compõem o APL-GO/HPPC. Entre outros assuntos, foram discutidas a formação da comissão de empresários que participaram da Feira Internacional Belleza y Salud, em Bogotá, na Colômbia, e estratégias para promover a exportação de produtos goianos para o mercado andino.

»» SIFAEG/SIFAÇÚCAR

Qualificação profissional

O presidente executivo do Sifaeg e do Sifaçúcar, André Rocha, assinou em 19 de setembro, em Brasília, convênio com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) para implantação no Estado do Sistema Pronatec Industrial – PBM (Plano Brasil Maior), viabilizando assim a realização de vários cursos de qualificação profissional voltados para o setor sucroenergético. As usinas já prepararam para 2013 uma relação de colaboradores para os cursos, e um levantamento da demanda de cursos necessários para qualificação em 2014. Os cursos terão um mínimo de 160 horas, sem custos para as empresas.

>> SINDILEITE

Tecnoleite 2013

A terceira edição da Tecnoleite, realizada entre os dias 21 e 23 de agosto, com organização da Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (Complem) e apoio do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Goiás (Sindileite), ambos presididos pelo empresário Joaquim Guilherme Barbosa, escolheu como foco a tecnologia e a disseminação do conhecimento entre produtores e laticínios. A feira recebeu 12 mil visitantes, mais do que o dobro do número de participantes registrado no ano passado, e movimentou em torno de R\$ 18,3 milhões, quatro vezes mais o valor do que o volume de negócios gerados em 2012.

>> SIMELGO

Medalha Ministro Aquino Porto

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) homenageou no dia 27 de setembro sete personalidades com a Medalha de Honra ao Mérito Ministro Aquino Porto, “pelo seu engajamento no desenvolvimento da indústria goiana”, afirmou o presidente do sindicato, Orizomar Araújo Siqueira (*foto*). Em solenidade realizada no salão nobre do Clube Antônio Ferreira Pacheco, a comenda foi entregue a Eliane Regina Ferreira Melo, José Nicácio Pacheco, Luigi Tucci, Múcio Bonifácio Guimarães, Nelson Aníbal Lesme Orué, Setembrino Mastrela e Sullivan Fernandes Rosa.



>> SINVEST-GO

Associativismo

O presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (Sinvest), José Divino Arruda, a convite da Confederação Nacional da Indústria (CNI), falou sobre a importância do associativismo a empresários do setor de moda e vestuário da região de Caruaru (PE). “Foi uma oportunidade muito positiva para trocar experiências. Ficou acertado um encontro em Brasília com todos os sindicatos do País para discutirmos o fortalecimento sindical como parte do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), desenvolvido pela CNI”, comentou Arruda.

Visita oficial

O governador Marconi Perillo e o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, visitaram as novas instalações da Sallo Confecções no Empresarial Goiás, em Aparecida de Goiânia, juntamente com o prefeito da cidade, Maguito Vilela, a senadora Lúcia Vânia, o deputado federal João Campos, o prefeito de Trindade, Janio Darrot, e o presidente do Sinvest, José Divino Arruda. Dirigida pelo empresário Marcos Antonio Alves da Silva, a Sallo emprega atualmente mais de 600 pessoas e exporta sua produção para vários países.

Ferroart, 36 anos

No início, e durante 30 anos, era uma sala na Vila Nova com 1 mil metros quadrados para atender os clientes fabricando estruturas metálicas de pequeno porte. Mas o sonho dos irmãos e sócios Jairo Gomes de Araújo e Joaquim Amazay Júnior era aumentar a indústria e com ela, o porte de seus produtos. Há seis anos os empresários se mudaram para o polo industrial de Senador Cane-do, para um terreno de 28 mil m², sendo 5 mil de área construída, e se tornaram especialistas em grandes estruturas metálicas. “Os monumentos da praça do ratinho e da avenida T-63 são fabricações nossas”, orgulha-se Jairo. Completando 36 anos, a empresa tem expansão garantida para 2014.

Vitória na Justiça

O Simelgo teve deferida pelo juiz federal da sétima vara, Mark Yshida Brandão, liminar que determina a exclusão imediata do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. O advogado tributarista Thiago Miranda protocolou a ação com pedido de liminar objetivando a suspensão, nos termos do artigo 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional, da exigibilidade do crédito tributário. O juiz entendeu que o “ICMS não constitui receita do contribuinte de direito, mas sim do respectivo Estado-Membro e/ou município ao qual pertença, não podendo estar compreendido, então, no conceito de faturamento ou de receita bruta”.



“O desafio para se perpetuar o empreendedorismo nas gerações vindouras está no estímulo ao crescimento pessoal, que passa pelo esforço e pelo mérito. Como bem ensina o jargão do mercado, não existe almoço grátis.”

*Marcelo Camorim,
consultor empresarial, diretor da Fox Partner, empresa de consultoria na implantação de governança corporativa*

DE PAI PARA FILHO

O Brasil é um celeiro de empreendedores e coleciona diversas experiências maravilhosas de pessoas que começaram um negócio a partir do nada e foram muito longe. Gente que trabalhou com afinho, passou dificuldades e escassez, mas teve obstinação e coragem. Não apenas construiu riquezas, mas também gerou desenvolvimento, empregos e renda, e influenciou a comunidade. Não raro, fundadores de grandes grupos hoje consolidados trilham esse caminho, antes de ganharem evidência.

Por outro lado, é sempre muito desapontador quando o curso dessas histórias de sucesso rumo para o fracasso em razão dos problemas ligados à sucessão. Em negócios familiares, em que há herdeiros no páreo, o fundador enfrenta uma linha muito tênue na hora de desempenhar seus papéis de pai e gestor do negócio e, com isso, a história se confunde, e o modelo de negócio fica frágil.

As empresas tocadas em família respondem por cerca de 80% dos negócios do mundo e 90% dos brasileiros. Apesar disso, somente 36% chegam à segunda geração; 19% à terceira e 7% à quarta geração, segundo um estudo realizado em 35 países pela PriceWaterhouse em 2010.

Negócios em família são sempre muito complexos por envolverem questões que ultrapassam o âmbito empresarial e habitam no campo comportamental. Muitas vezes, o fundador, na ânsia por proporcionar ao filho melhores condições de trabalho e poupá-lo do sofrimento pelo qual passou para alavancar sua empresa, oferece-lhe a cadeira de sucessor sem antes prepará-lo para isso. Chega à empresa na condição de chefe sem jamais ter sido um, e com um currículo que nem sempre é o melhor para

o negócio da família.

Com isso, os filhos-sucessores não aprendem a criar soluções, pois não enfrentaram problemas. Muitas vezes, resumem-se a repetir as práticas de negócio do fundador, esquecendo-se de que, no Brasil, o cenário econômico já é outro: com mais concorrentes e uma nova sociedade de consumo, é preciso inovar. Caem, então, os indicadores da empresa, uma vez que o sucesso do passado não garante o presente, muito menos o futuro.

Ao ocupar a cadeira sem preparo, os filhos-sucessores também não aprendem a conquistar um espaço, pois já o recebem pronto. Grandes grupos familiares que continuam sólidos ao longo das gerações montaram planos de sucessão, que incluíram a educação de seus herdeiros. E isso não se limita a oferecer-lhes as melhores escolas. Antes de começarem a mandar, esses sucessores trabalharam bem longe das empresas de seus pais. Tiveram chefes, horários, metas e objetivos a serem entregues. Ampliaram a visão. Conquistaram uma carreira, não a ganharam de presente. Quando foram contratados pela empresa de sua família, eram profissionais de mercado, e não os filhos “do dono”. Receberam o mesmo salário que os empregados do mesmo nível, até que merecessem uma promoção.

O ditado célebre “pai rico, filho nobre, neto pobre” é traduzido em diversas línguas e, portanto, observado em diferentes culturas. O desafio para se perpetuar o empreendedorismo nas gerações vindouras está no estímulo ao crescimento pessoal, que passa pelo esforço e pelo mérito. Como bem ensina o jargão do mercado, não existe almoço grátis.

EMPRESÁRIO, O QUE VOCÊ NECESSITA?

AMPLIAR SUA EMPRESA?

CAPITAL DE GIRO?

ADQUIRIR MÁQUINAS / EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS?

INCENTIVOS FISCAIS?

PARCERIA DE NEGÓCIOS?

SÓCIOS INVESTIDORES?

▾FCO

▾BNDES

▾FINAME

▾PSI

▾PRODUZIR

▾FINEP

A FONSECA FINANCE Consultoria & Projetos é especializada em elaboração de Projetos de Viabilidade Econômico-Financeira e Assessoria Bancária visando a obtenção de financiamentos.

Linhas de crédito com juros a partir de 3,5% ao ano com até 10 anos para pagamento.



Contate a FONSECA FINANCE Consultoria & Projetos e conheça nossas soluções para o seu negócio.



**FONSECA
FINANCE**
CONSULTORIA & PROJETOS



62 3215 5100 / 9972 5067
contato@fonsecafinance.com.br
www.fonsecafinance.com.br

Rua João de Abreu (esq. c/ Rua 15), nº 515, Setor Oeste - Goiânia - Goiás

CONHEÇA OS PRIMEIROS PASSOS
PARA SUA MICRO, PEQUENA
OU MÉDIA EMPRESA IR MAIS LONGE.



Ouvidoria: 0800 702 6307

UM DOS MENORES JUROS DO MERCADO*, PAGAMENTO EM ATÉ 48 PRESTAÇÕES FIXAS MENSAIS E CRÉDITO PRÉ-APROVADO E ROTATIVO. OS NÚMEROS DO CARTÃO BNDES TRABALHAM A SEU FAVOR. VEJA COMO CONSEGUIR E USAR O SEU:



Solicite o Cartão BNDES no site
www.cartaobndes.gov.br



Leve os documentos listados no
site ao gerente do seu banco**.



Visite o site do Cartão para escolher
entre os mais de 200 mil itens disponíveis.

*Taxa de juros de 0,86% ao mês, vigente em agosto de 2013.

**Bancos emissores: Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Sicoob. A concessão do crédito e a emissão do Cartão estão sujeitas à análise de crédito realizada pelo banco emissor.